

**UNIVERSIDADE PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A ESPETACULARIZAÇÃO NO *TWITTER*:  
A REPRESENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA  
JATO NO PERFIL DO PRESIDENCIÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

**ADRIEL GEOVANE DINIZ LOPES**

**SÃO PAULO  
2022**

**UNIVERSIDADE PAULISTA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A ESPETACULARIZAÇÃO NO *TWITTER*:**  
**A REPRESENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA**  
**JATO NO PERFIL DO PRESIDENCIÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Montuori Fernandes.

**ADRIEL GEOVANE DINIZ LOPES**

**SÃO PAULO**

**2022**

Lopes, Adriel Geovane Diniz.

A espetacularização no Twitter: a representação da Operação Lava Jato no perfil presidencial / Adriel Geovane Diniz Lopes. - 2022.

78 f.: il. color. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2022.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.a Dr.a Carla Montuori Fernandes.

1. Operação Lava Jato. 2. Sociedade do espetáculo.  
3. Partido dos Trabalhadores. 4. Jair Bolsonaro. 5. Eleições 2018.  
6. Judicialização. 7. Twitter. I. Fernandes, Carla Montuori (orientadora). II. Título.

**ADRIEL GEOVANE DINIZ LOPES**

**A ESPETACULARIZAÇÃO NO *TWITTER*:  
A REPRESENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA  
JATO NO PERFIL DO PRESIDENCIÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Montuori Fernandes  
Universidade Paulista – UNIP

---

Prof. Dr. Gustavo Souza da Silva  
Universidade Paulista – UNIP

---

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação aos meus filhos Wellington, Enzo Gabriel e Maria Júlia, e ao meu sobrinho Arthur Gael, por serem a motivação e a alegria de cada nova jornada em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Geraldo e Auxiliadora, pelo exemplo de coragem e pelas oportunidades que me proporcionaram, assim como à minha irmã Ândrya e ao meu cunhado Gleiciano, por estarem sempre por perto.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Montuori, minha orientadora, paciente e carinhosa, que cuidou de todos os passos, para que, mesmo de tão longe e vivendo um tempo tão difícil, conseguíssemos chegar até aqui. Sua determinação e profissionalismo fizeram com que, mais do que orientação, seus apontamentos, conselhos, puxões de orelha e correções fossem essenciais ao aprendizado nesta caminhada tanto quanto as leituras e os escritos. Gratidão por tudo.

Ao Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira, pelas valiosas orientações na banca de qualificação com sua perspicácia e inteligência eminente.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista, em especial àqueles com que tive a oportunidade de cursar uma disciplina ou seminário: Dr. Gustavo Souza, Dra. Simone Lucci, Dra. Clarice Greco e Dr. Maurício Silva. Também, agradeço à Prof. Dra. Carla Reis Longhi.

Aos amigos e colegas de trabalho da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e a todos os profissionais de comunicação com os quais tive a oportunidade de trabalhar.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo apoio financeiro durante esta pesquisa.

À colega do PPGCOM-UFJF, Mayra Coimbra, pela confiança e apoio na coleta e disponibilização de dados.

Ao amigo de tantos anos, Tomás, pelas conversas longas e ouvidos pacientes para minhas dúvidas e angústias. À minha ex-esposa, pelo apoio no início desta jornada e pelo cuidado com nossa filha. À minha amiga Simone Mestre, pelas observações e conselhos.

À minha Nossa Senhora de Fátima, pela interseção junto a Deus nas minhas súplicas e orações. Ave Maria!

“Nas favelas, no Senado  
Sujeira pra todo lado  
Ninguém respeita a Constituição  
Mas todos acreditam no futuro da nação  
Que país é esse?”

(Renato Russo)

## RESUMO

A presente dissertação objetivou analisar a espetacularização no perfil do candidato a presidente Jair Bolsonaro por meio da representação da Operação Lava Jato pelo presidente no período eleitoral. Foram estudadas as publicações feitas no perfil do presidente no período de 16 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018, quando ocorreram o primeiro e o segundo turnos das eleições daquele ano. A metodologia foi fundamentada em Laurence Bardin (2016), com o enquadramento e suas categorias, buscando apoio em Cervi (2018), na análise de conteúdo automatizada, além de sustentação na conjuntura política e na fundamentação em conceitos e aplicações jurídicas. A hipótese inicialmente levantada foi a utilização da cobertura especular feita pela mídia sobre a Operação Lava Jato, que foi aproveitada pelo perfil do candidato na comunicação naquele período. Foi possível perceber a utilização da narrativa hegemônica sobre a Operação com o intuito de favorecer a construção da imagem do candidato como antissistema, anticorrupção e antipetista.

Palavras-chave: Lava Jato; Sociedade do Espetáculo; PT; Jair Bolsonaro; Eleições 2018; Judicialização; *Twitter*.



## **ABSTRACT**

The present dissertation aimed to analyze the analysis of the profile of the candidate for Jair Bolsonaro, through the representation of the Lava Jato operation by the presidential president in the electoral period. Publications made in the presidential profile between August 16, 2018 and October 2, 2018, when the first and second rounds of the two year dates were studied. The methodology was based on Laurence Bardin (2016), with the framework and its categories, seeking support in Cervi (2018), in content analysis, in addition to support in the political context and grounding in concepts and applications. The hypothesis of using the coverage was made by the media, the Jato operation was taken advantage of by the profile of the communication potential. It was possible to perceive the use of the hegemonic narrative about the operation to favor the construction of the candidate's image as anti-system, anti-corruption and anti-PT.

Key-words: Lava Jato; Spectacle society; PT; Jair Bolsonaro; elections 2018; judicialization; Twitter.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O centro da Figura demonstra a ocorrência de termos relacionados à Operação.....	62
Figura 2 – Dendograma 1 .....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo televisão de cada coligação nas eleições de 2018.....	48
Quadro 2 – Número de seguidores dos presidencialistas nas três principais plataformas.....	50
Quadro 3 – Seleção de tweets conforme conteúdo das mensagens .....	52
Quadro 4 – Exemplo de post que busca proximidade com o seguidor .....	52
Quadro 5 – Cumprimentos e agradecimentos chamam atenção a apoio de famosos.....	52
Quadro 6 – Publicações com ironia em denúncias de uso de bots para disseminar conteúdo .....	53
Quadro 7 – <i>Twitter</i> com exemplo do uso do discurso antipetista e anticorrupção.....	54
Quadro 8 – Exemplo de tweet com saudação que remete ao integralismo .....	54
Quadro 9 – Twitter mostra ironia com o candidato petista .....	55
Quadro 10 – Posts no perfil do presidencialista são retweets do perfil do filho .....	55
Quadro 11 – Ocorrência de palavras no total de tweets no período .....	56
Quadro 12 – Posts no perfil do presidencialista relacionados à fake news.....	58
Quadro 13 – Posts no perfil de Jair Bolsonaro com referência a ameaça à liberdade.....	58
Quadro 14 – Ocorrências de palavras dentre 192 tweets .....	60
Quadro 15 – Menções textuais à operação Lava Jato .....	61
Quadro 16 – Nomeação das categorias por termos.....	65

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A LAVA JATO E A VERTIGEM POLÍTICA.....	13
1.1 “Lavajatismo” e a judicialização da política.....	23
2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA NA MÍDIA.....	31
2.1 Mídia e política sob a ótica da espetacularização.....	36
2.2 A espetacularização da Lava Jato: retrospectos da cobertura na mídia...	39
3 MÍDIAS DIGITAIS E O CAMPO POLÍTICO-ELEITORAL .....	44
3.1 As redes sociais no campo político e a reconfiguração nas eleições presidenciais de 2018.....	44
3.2 Análise das narrativas de Jair Bolsonaro na rede social <i>Twitter</i> sob a ótica da espetacularização.....	51
3.3 Análise de conteúdo.....	59
3.4 Interpretação dos resultados.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS .....	74

## INTRODUÇÃO

Plataformas, botões e interatividade passaram a ser termos usuais no contexto político-eleitoral não só no Brasil, mas no mundo inteiro, pois “nessa cultura conectada em rede, não podemos identificar uma causa isolada que leve as pessoas a propagar informações (JENKINS; FORD; GREEN 2014, p. 37) arrebatadas pelas transformações da cibercultura. Esse caldeirão de intenções e possibilidades conectivas estão na teia de relações, que se deslindaram no processo eleitoral brasileiro no ano de 2018, ainda solapado pelo impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016. Os passos históricos desse processo tiveram início em 14 de março de 2014, quando uma operação midiática e policial passou a ocupar espaço nos principais noticiários nacionais. A Lava Jato e o espetáculo de prisões, conduções e delações, reveladas dia a dia, ano após ano, fizeram chegar, ao conjunto da sociedade, a cristalização de um sentimento de descrédito das instituições políticas e dos próprios políticos.

Instigados por algoritmos, pelas programações não transparentes e pela utilização de mecanismos de disseminação em massa de desinformações, os eleitores chegaram ao pleito eleitoral de 2018 com uma gama de 13 possibilidades, nomes inscritos, regularmente para o pleito, inclusive o de um ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, preso na sede da Polícia Federal, em Curitiba/PR, após um aparente sucesso do avanço do Judiciário contra a corrupção e a favor de um “passar a limpo” do País.

Na grande mídia, o enquadramento do conteúdo jornalístico, a cada novo passo da Operação e do próprio processo judicial, presidido pelo juiz federal Sérgio Fernando Moro, remonta um intrincado quebra-cabeças em torno do poder, dinheiro e influência no seio da República Nacional. É esse enquadramento que será relacionado, em temas e datas, para aferição do possível reaproveitamento, no período eleitoral, remediatizado e remediatizante, feito pelo então deputado federal Jair Bolsonaro em seu perfil no *Twitter*.

O objetivo desta pesquisa é analisar as postagens sobre a Operação Lava Jato realizadas por Jair Bolsonaro, na ocasião da eleição presidencial de 2018, com o objetivo de identificar se as narrativas do então candidato seguiam o tom espetacular do enquadramento já destacado pela mídia. Dessa forma, as publicações realizadas no perfil no *Twitter* de Jair Bolsonaro relacionadas à Operação Lava Jato serão

analisadas a partir do resgate de pesquisas já realizadas sobre a cobertura veiculada pela imprensa tradicional dessa Operação e debatê-las a partir do conceito de espetacularização, com a análise do conteúdo do perfil de Jair Bolsonaro no *Twitter*, no período proposto, sob o contexto da espetacularização midiática.

Para isso, serão feitos debates teóricos, sob a ótica da espetacularização, da Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord. A partir de discussões feitas por Jessé Souza, Wilson Gomes, André Singer, Manuel Castells, Boaventura Souza Santos e Carla Montuori, que analisam a cobertura espetacular e a espetacularização da política e em artigos, dissertações e teses. Posto este cenário, no qual também há de se considerar o descrédito das instituições e a rejeição ao sistema representativo, a cobertura espetacular pode ter sido aproveitado pela candidatura de Jair Bolsonaro e na Rede Social *Twitter*, a partir desse espetáculo anticorrupção noticiado nas fases da Operação Lava Jato. O conteúdo do corpus da pesquisa será categorizado para análise, a partir das lições de Laurence Bardin, e, por meio de dados e quadros, demonstrar se a hipótese ocorreu nessas redes durante o período definido.

Esta dissertação é dividida em três seções nomeadas capítulo 1, 2 e 3. O capítulo 1 destina-se ao referencial fático-temporal e teórico a respeito da Operação Lava Jato e a crise de legitimidade da política e dos políticos nesse período como também a judicialização da política. No capítulo 2, há uma discussão teórica sobre a espetacularização da política, a mídia e a política sob a ótica da espetacularização e, ainda, os retrospectos da cobertura jornalística da mídia tradicional. No terceiro capítulo, são analisados as mídias digitais e o campo político-eleitoral, por meio da análise do uso das redes sociais pelo campo político, e a reconfiguração nas eleições presidenciais de 2018, com análise das redes sociais (*Twitter*), sob a ótica da espetacularização, tendo como amostra documentos, que registraram as narrativas de Jair Bolsonaro na rede social *Twitter*.

## 1 A LAVA JATO E A VERTIGEM POLÍTICA

Neste capítulo, pretende-se abordar a possível relação entre a Operação Lava Jato e sua representação pela mídia hegemônica com a crise política brasileira. Como parte do seu desiderato de contrapor-se ao poder político em defesa dos interesses que lhe são caro, a mídia acionada pela judicialização da política põe em xeque a representatividade democrática em face da lógica de desconstrução de personalidades mediante imagens espetaculares, que simplificam e dramatizam os fatos políticos.

Pode-se se dizer que foram (ou são) mais de sete anos do espetáculo jurídico e midiático, que envolve a utilização dos processos judiciais do Caso ou Operação Lava Jato como principal amalgama da luta pelo poder político na República Federativa do Brasil. Nesse caminho, ocorreu um golpe<sup>11</sup>, legalizado pelo Legislativo e pelo Judiciário, consoantes com a voz da elite financeira e proprietária, emanada pela imprensa nacional como se fosse uma refundação da república e a derrota dos corruptos e do comunismo nacional. Nesse diapasão, a Operação, por meio de anos de noticiário diário com dezenas de fases e novos casos, desnuda as crises política e institucional, que antecederam e sucederam o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a cada revelação (vazamento).

Como aborda Souza (2019), a Operação Lava Jato aboliu a garantia de procedimentos formais numa regressão aos tempos pré-republicanos. Isso, como define o autor, garante que o “direito do mais forte, não seja a regra” (SOUZA, 2019, p. 213). Apesar de uma discussão jurídica sobre o processo, o autor busca, em argumentos históricos, situar o discurso da mídia sobre a Operação no tradicional enfoque utilizado na disputa pelo poder no País:

O patrimonialismo, percebido como herança portuguesa, substitui a escravidão com o núcleo explicativo da nossa formação. Essa é sua função real. Por conta disso, até hoje, reproduzimos padrões de sociabilidade escravagistas como exclusão social massiva, violência indiscriminada contra os pobres, chacina contra pobres indefesos, que são comemoradas pela população (SOUZA, 2019, p. 219).

---

<sup>1</sup> Singer *et al.* (2016) explica que o golpe de 2016 foi um golpe legislativo, e não um Golpe de Estado, e observa que o *impeachment* constitui novo tipo de instabilidade política nos países da América Latina. Essa nova modalidade substituiu os antigos golpes militares, caracterizando-os como mecanismos semiparlamentaristas para derrubada de governos.

As linhas do tempo da Operação Lava Jato<sup>2</sup> são reflexos de uma campanha feita na mídia, tal se como fossem as grandes corporações e seus tentáculos e influências regionais diários extraoficiais da justiça, no que Souza (2018) chamou de conluio entre a Operação e a grande mídia. Como destacam Coelho e Persichetti (2018), aqueles que se intitulam os defensores da democracia são seus algozes. O início da exposição das ações como recortes de tomadas do cinema e de séries populares das plataformas de *streaming* remonta ao conturbado período posterior às manifestações de 2013 e que antecedia o início da Copa do Mundo de 2014, quando ascendeu a proliferação de protestos ante os gastos para a realização do evento. Diante disso, a prisão de um doleiro, rodeado de poderosos, foi posta em destaque no período em que Dilma e o PT buscavam o quarto mandato consecutivo à frente do Poder Executivo.

O centro das denúncias naquele momento remontava à Diretoria da Estatal Petrolífera do Brasil – Petrobras – ainda sob os auspícios da descoberta da camada Pré-Sal de Petróleo<sup>3</sup> e de políticos de grande influência no Congresso Nacional, como o vice-presidente da Câmara Federal, na época, André Tal, do Partido dos Trabalhadores.

As figuras que surgiram dessa operação como coadjuvantes da trama se tornaram, anos depois, e no decorrer de cada nova fase, os protagonistas da cena política nacional. Sérgio Fernando Mouro, natural de Maringá, no Paraná, ingressou na Justiça Federal no cargo de juiz federal substituto em 1996 e assumiu a titularidade da 13ª Vara Federal de Curitiba, no Foro da Justiça Federal no Paraná, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ele estava intrincado como o presidente do processo, dentre outros tantos relativos à Petrobras, nos quais se buscava a responsabilização do ex-presidente Lula e outros acusados de atos de corrupção e lavagem de dinheiro, dentre outros delitos, a partir de um suposto esquema milionário de propinas e

---

<sup>2</sup> O sítio eletrônico oficial do Ministério Público ainda mantém publicada a chamada Linha do Tempo da Operação Lava Jato, numa espécie de justaposição de datas e imagens espetaculares, na qual relaciona os “avanços” da Operação frente aos casos de corrupção. De igual modo, o jornal *O Globo* fornece imagens semelhantes, que relacionam fatos criados a partir das decisões judiciais, procedimentos do Ministério Público Federal e investigações da Polícia Federal. Apesar de distintos em formatos e informações, ambos mantêm a ideia de que a Operação avança, numa crescente, como que, a cada fase, mais aterradoras eram as supostas revelações levadas a público pela estratégia jurídica e midiática.

<sup>3</sup> Em 2006, a Petrobras anunciou a existência de uma faixa para exploração de petróleo na costa brasileira numa camada pré-sal. Em 2010, foi iniciada a exploração segundo Souza (2022).



favorecimento denunciado pelo Ministério Público Federal. Com formação nos Estados Unidos e apresentado sob a aura intelectual peculiar à Magistratura, paulatinamente, a figura do juiz Moro passou a fazer do cotidiano do noticiário nacional, à medida que o principal assunto político do País, desde as manhãs de março de 2014, passaram a ser as descobertas e revelações feitas por delatores a respeito das entranhas do poder político e econômico do País.

A figura sisuda e de poucas palavras foi apresentada ao povo como um justiceiro. Foi justamente assim que ele se portou diante dos atos e suas contestações judiciais posteriores no decorrer do processo, a exemplo do vazamento de áudios de escutas não permitidas de telefone da então presidente Dilma Rousseff. Na maioria das vezes, as aparições em grandes jornais, como o Jornal Nacional, da Rede Globo, estavam acompanhadas de notas cobertas e declarações feitas em eventos jurídicos ou empresariais. Biografado e festejado por grande parte da mídia nacional, o juiz passou a ter expressão política, o que evidencia a máxima destacada por Santos (2018) a respeito da politização do Judiciário como via de mão dupla à judicialização da política.

Segundo está descrito na Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), Lei Complementar nº 34, de 15 de março de 1979, dentre os deveres do juiz está o de “cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício”.

Contudo, as decisões e a conduta apresentadas pelo juiz Moro e pelo procurador da República Deltan Dallagnol foram retocadas pela grande imprensa e apresentadas como traços de coragem e justiça para purgar a Pátria da corrupção e imoralidade. De tal modo esse ativismo judicial e a judicialização da política, conseqüentemente, acabaram por transformar a “torcida” pela Operação devido aos supostos resultados da devassa na classe política nacional numa espécie de movimento lavajatista, que até às ruas foi, sempre que alguma medida legislativa ou jurídica era movida contra a sanha autoritária e policialesca, que se implantou na política nacional desde então.

Diante disso, o julgamento do 34º presidente do Brasil já se apresentava, antes mesmo da sentença judicial, com a exposição pública das acusações, dadas pelo tom dramático dos recortes jornalísticos, que construíram o enredo. Foi-lhe entregue o papel de vilão no folhetim, o “bandido”, “corruptos”, “Petralhas”, entre outras alcunhas pronunciadas pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro e seus seguidores

para se referir a Luiz Inácio Lula da Silva. Como destacou Souza (2018), o próprio PT abriu mão de contar a história do “Petrolão” ao povo e deixou que as grandes corporações de mídia alvejassem a democracia, tendo como enredo principal a argumentação patrimonialista e antissistema. Com o resultado esperado, Lula foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), instância de recurso às decisões de primeiro grau da Justiça Federal, e o juiz Sérgio Moro impondo a condenação de nove anos e seis meses de prisão ao ex-presidente petista. A sentença, de 2017, foi confirmada e a pena aumentada para 12 anos no recurso ao TRF-4 no começo de 2018.

Luiz Inácio Lula da Silva, pernambucano, retirante, ex-operário e líder sindical, construiu, ao longo de mais de 40 anos de vida pública, a trajetória, que oscilou entre a empolgação da liderança entres os trabalhadores do ABC e as sucessivas derrotas após a conversão de sua militância sindical para partidária em torno do PT. Nos anos 1990, as derrotas para Collor e para Fernando Henrique Cardoso voltaram a colocar em xeque a possibilidade de um governo de Lula no Planalto brasileiro. Com a guinada ao centro político e o aceno de paz ao mercado financeiro, o líder petista chegou ao pleito de 2002 com o vigor eleitoral, que o fez chegar à vitória.

A partir do que pontuam Singer (2009) e Souza (2019), é essencial, para se compreender esse contexto, registrar a decisão de parte da classe média (relegada no início do primeiro governo, para o primeiro autor, e com medo do descenso social iminente com a perda de poder de consumo e o aumento do desemprego, para o segundo) de aderir ao patrimonialismo da Lava Jato e desacreditizar os avanços sociais e econômicos conquistados em nome de uma moralidade apartada da realidade nacional. Entre outros fatores, sociais, culturais, políticos e econômicos, de certo modo, esse movimento da classe média pavimentou a estrada, para que novas forças políticas pudessem emergir, cujas simplicidades retóricas e a superficialidade da posição desconstrutiva, do contra a corrupção, do antipetista e antissistema, coadunaram-se com os anseios, expectativas, crenças pessoais e posições identitárias, comuns à contemporaneidade, daqueles que se sentiam alijados, ameaçados ou prejudicados pelo governo central.

A despeito dos problemas que o PT encontrara para se conectar ao seu eleitorado, o deputado federal Jair Bolsonaro percorreu o Brasil, sob forte base nas forças de segurança pública, a arregimentar apoiadores em capitais e cidades maiores. Sob os gritos de “mito”, o capitão da reserva remunerada do Exército

Brasileiro não caiu de paraquedas no jogo do poder. Experiente parlamentar, gozou de cinco mandatos consecutivos na Câmara Federal como representante dos eleitores mais conservadores do estado do Rio de Janeiro. Numa coalizão simples com o Partido da Renovação Trabalhista Brasileiro, o paulista foi lançado candidato a presidente pelo desconhecido Partido Social Liberal (PSL) em 2018, enquanto Lula, que liderava as pesquisas, estava impedido de disputar o pleito e preso na Superintendência da Polícia Federal no Paraná.

Diante dos diversos personagens do alto escalão da política nacional imbrincados com as acusações da Operação, o campo da política, judicializado pela lógica da Operação, acionou a mídia como parte da estratégia para influenciar na opinião das pessoas que recepcionam a informação. Como aponta Gomes (2004), no entanto, ao cumprir sua função nas lógicas do interesse comercial e do político, a grande mídia atua numa dupla posição de, ao mesmo tempo, ser o meio pelo qual o fato é veiculado ou ser parte do conjunto de pessoas, instituições e posições políticas, que fabricam a existência de um fato. Para Thompson (2002 apud TRAPANI, 2017, p. 31), o “escândalo se tornou uma característica tão proeminente da vida pública nas sociedades modernas primariamente porque as pessoas transitam pelo espaço público”. Essa exposição provoca, na visão do autor, a desaprovação pública.

Nesse cenário, a derrocada das instituições como representantes e guardiãs dos anseios e aspirações do conjunto da sociedade amolda-se à dinâmica da Operação Lava Jato, que desmoraliza o cenário e os atores políticos, com o esfacelamento da condição pública dos agentes representativos e seus indicados a cargos de comando em instituições públicas, como a Petrobras.

Pois, para Souza (2018), isso permite a exportação da agressividade, que seria autodirigida, ascendendo o antipetismo como bode expiatório<sup>4</sup>. O relato com que Souza (2018, p. 146) explica “o golpe de 2016 e suas precondições: o capitalismo financeiro e o papel das classes médias” é na mesma linha do que falou o cantor Mano Brown<sup>5</sup>, uma vez que delega à classe média o papel de mover o País na direção de

---

<sup>4</sup> Foi justamente o enfrentamento que a ex-presidente Dilma fez com relação ao rentismo da alta classe média e de parte da elite brasileira quesito decisivo para o apoio massivo de setores da sociedade, como a grande imprensa do Rio e São Paulo, justamente por, na visão desse autor, segmento que atua na defesa dos interesses da elite.

<sup>5</sup> O cantor de *rap*, ao participar de comício na cidade do Rio de Janeiro, no segundo turno das eleições, declarou que a vitória já estava com o adversário de modo que o partido e toda a esquerda deveriam voltar à base para poder entender o que aconteceu a ponto de os antigos eleitores se tornarem críticos e odiadores do partido e seus líderes.

um futuro promissor ou de afundá-lo na intolerância e na reverência ao grotesco (SODRÉ; PAIVA, 2002).

Por outro lado, Singer (2009) é pontual para a compreensão do debate sobre o PT e o “lulismo”, termo empregado pelo autor para análise da figura política, que é o centro do debate desde as eleições de 2002, quando venceu, em segundo turno, após um pacto com a centro-direita partidária e sua carta aos brasileiros, que apontavam uma bênção do governo petista ao mercado. A figura é Luiz Inácio, o ex- presidente, que acabou na prisão por um ano e sete meses, após o impedimento imposto à Dilma Rousseff, em 2016, como a consolidação do golpe, que buscou a retirada do Partido dos Trabalhadores e suas bandeiras do caminho e do orçamento público do País, sob a guisa do patrimonialismo brasileiro e do escárnio popular do escândalo espetacular de desvio de dinheiro público.

Esse resultado origina-se, na análise de Souza (2018, p. 155), pelo fato de que o PT “é, afinal, filho do mesmo ambiente pseudocrítico construído em São Paulo para tornar invisível o lastro liberal-conservador”. Esse processo foi iniciado ainda na década de 1930, em reação ao projeto trabalhista de Vargas e que, depois, em decorrência da força econômica e ideológica da cidade e do Estado, tornou-se hegemônico em todo o País. O moralismo postiço da elite, encarnada pelo partido da estrela, como defende o autor, fez com que o PT utilizasse em sua ascensão o discurso da “moralidade na política”, o que foi esfacelado pela maneira maniqueísta e superficial da cobertura da grande imprensa, como a Rede Globo, “braço midiático do rentismo” (SOUZA, 2018, p. 158). Essa foi a explicação sobre a crise política dada ao povo.

Todo esse aparato midiático foi recepcionado, como direciona Singer (2009), a partir da reinvenção da relação que o PT mantinha com o eleitorado abaixo da linha de pobreza e o preço da ruptura eleitoral com a classe média, parcela que o havia levado ao poder em 2002. Na reflexão de Souza (2018), o receio da proletarização atingiu a baixa classe média, cuja ascensão se deu pelo consumo. Pontua o autor:

Para estratos da classe média, sobretudo de sua massa, ameaçada pela proletarização, a violência fascista passa a ser tentadora. Como esses setores são ‘meritocráticos’, a alternativa seria de verem a si próprios como ‘fracassados’ e culpados pelo próprio fracasso (SOUZA, 2018, p. 162).

Souza (2018) destaca, ainda, que, desde a crise do “Mensalão”, o PT já

enfrentava a sanha golpista e alijando-se do processo de construção das narrativas, fiando-se nos programas sociais e movimentos que lhe proporcionaram, entre outros fatores políticos e econômicos, as seguidas vitórias da coalizão petista nas eleições presidenciais a despeito da necessidade de alianças fisiológicas e até com conservadores no Congresso. O avanço da Lava Jato sobre a política e o PT encontrou eco nas condições da contemporaneidade, especialmente nas questões relacionadas à credibilidade e representatividade dos políticos.

D’Ancona (2018) aponta, ainda, o sentimento de desconfiança que contaminou, também, a imprensa e o próprio jornalismo, cuja atividade seria essencial num momento de fraqueza das instituições, como característico da contemporaneidade. Os jornalistas passaram a ser alvo de ataques e perderam a confiança de que já não gozavam. Essa ofensiva teve claros efeitos políticos e sociais, pois, pela própria natureza da atividade da imprensa, há uma tensão por espaço de representatividade com o poder político. Nessa trajetória, os embates de versões da imprensa com as fontes e os alvos das denúncias apresentam como resultado mais prático a vertigem política, como no filme da cineasta Petra Costa<sup>6</sup>, que retrata esse período da política nacional, no qual se desenrola o Golpe de 2016.

Na perspectiva de Souza (2018, p. 231), a parceria da Rede Globo com a Operação Lava Jato teve raízes na busca pela criminalização, unilateralmente, do PT, utilizando-se de estratégia e tendo alvo seletivo: “Tudo descarado, desde o começo, quando o próprio juiz Sérgio Moro já havia defendido explicitamente que o apoio da mídia é fundamental para deslegitimar o poder político”.

Santos (2016) explica o caso brasileiro como exemplo da dificuldade que as esquerdas se depararam na América Latina, posto que os governos progressistas não enfrentaram questões constitucionais e de hegemonia, o que fez com que os avanços sociais fossem reduzidos a meros expedientes populistas e oportunistas, inclusive por parte das pessoas que foram beneficiadas por essas políticas públicas de inclusão; além, claro, dos muitos erros, como desistência da reforma política e da regulação dos meios de comunicação, apresentando esses erros como meras consequências de um governo realista e desenvolvimentista.

---

<sup>6</sup> No filme, um documentário indicado ao Óscar 2020, a autora retrata os momentos que antecederam e sucederam o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, trazendo no título, *Democracia em Vertigem*, a explicação para o contexto de desestabilização política e crise de representação popular.

Em face da crise financeira ou do crescimento de um populismo extremo, o desinteresse, a desconfiança e a insatisfação com o regime democrático representativo estão a tornar-se tão profundos que, em vez de terem impacto positivo na política democrática, ativando novas e intensas formas de envolvimento político, alimentam a resignação maciça e a apatia, a distância crescente entre os cidadãos e os políticos eleitos e a sensação de desconfiança face à democracia (SANTOS, 2016, p. 45).

Fruto dessa celeuma de significados e entendimentos diversos, a política entra em vertigem, pois sua função de mobilizar e representar as massas em debates públicos passa por questionamentos que, alicerçados nas redes sociais, dão sinal de que haja uma ruptura tal como propõe o autor espanhol:

A fragmentação da mensagem e a ambiguidade da comunicação remetem a emoções únicas e pessoas constantemente realimentadas por estratégias de destruição da esperança. Para que tudo continue igual. Ainda que o principal efeito dessa cacofonia político-informativa seja o questionamento de tudo aquilo que podemos verificar pessoalmente. O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe (CASTELLS, 2018, p. 28).

Se esse vínculo, elemento essencial da relação entre as pessoas e as instituições, está roto, é por que, como menciona D'Ancona (2018, p. 43), “falta a confiança que permeia toda a sociedade”. Essa é a matéria-prima da constituição social, do casamento ao apoio popular aos governos, passando pelo descrédito da política, pela corrupção e pelas mazelas decorrentes da luta pelo poder. Por isso, acabam por testemunhar em favor da desconfiança contra tudo e contra todos. Afinal, os que não ostentam confiar nas pessoas, de modo geral, são penderes à assimilação de teorias conspiratórias.

Não obstante, Castells (2018, p. 93) apresenta a visão de que: “quanto mais abstrato se torna o sistema de poder articulado nas redes, mais a defesa do direito a ser se refugia em identidades irreduzíveis às lógicas dominantes”. Nesse diapasão, a crise de legitimidade do estado-nação se evidencia pela transcendentalidade do Eu. Então, não se atende mais à noção de representação humana corrente, entregando às instituições e às classes, que têm restrito acesso ao poder, a pecha de gigantesco embuste, posto que não conseguem suprir as expectativas de proteção devido ao fechamento e isolamento dessas instituições representativas cada vez mais apartadas dos representados.

As corporações de tecnologia têm mais conhecimento e dados sobre os cidadãos de variadas nacionalidades do que os próprios governos, que não têm as

informações de que dispõem as cinco grandes empresas da *internet* (Apple, Amazon, Facebook – Meta, Alphabet – Google e Microsoft). A midiaticização da sociedade (HJARVARD, 2012) e das próprias instituições põe, em dados e na exposição pública da atuação dos agentes políticos e seus indicados aos cargos de comando, o ponto de aferição da credibilidade, por meio da qual todos têm de passar, como que em um funil de opiniões capazes de estabelecer o certo e o errado do jogo de narrativas a partir da direção de bolhas e algoritmos (KAKUTANI, 2018).

A tecnologia alcançou, também, a Justiça e os atos do processo judicial, que, antes no papel, passaram a ser mídias também. Em nome da transparência pública, as revelações feitas em delações, deram aos “segredos” revelados pela operação a cara e a voz de pessoas. Como num enredo de novela, coexistiam pequenos enredos com a trama principal.

Importante destacar que tanto a Resolução CNJ nº 211/2015, que prevê em seu Art. 24, inciso IV, que todos os Órgãos judiciais do País providenciem solução para a gravação audiovisual para cada sala de sessão e de audiência, quanto a Lei nº 12.850/2013, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que autorizou e regulamentou a forma de utilização do recurso que ficou conhecido como delação premiada, foram instrumentos legais utilizados como esteio para que a midiaticização desse processo alcançasse o nível de mobilização social e transformação política demonstrado.

Como destacam Oliveira, Fernandes e Leal (2019, online), “os escândalos de corrupção divulgados pelas ações da Operação Lava Jato criaram um clima de tensão no país, sobretudo com o crescimento do sentimento antipetista por importantes setores da sociedade”. Essa lógica do escândalo e das estratégias de apresentação do medo nas arenas política e midiática, demonstra o papel fundamental da mídia na política, cuja atuação está ligada ao poder simbólico, que caminha em paralelo ao poder formal, adquirido pela eleição. Esse simbolismo capitaneado pela mídia é alicerce da avaliação moral, a reputação, cuja medida também é avaliada pelas eleições, como analisa Trapani (2017).

Nesse contexto, em nível nacional, não se pode afirmar que o processo de descredibilização das instituições públicas e da representação política pelo conjunto da sociedade tenha começado com a cobertura da imprensa da Operação Lava Jato. Todavia, como aponta Fernandes, Artico e De Oliveira (2020), os desdobramentos decorrentes desse enquadramento no processo do *impeachment* da ex-presidente

pelos meios de comunicação tiveram clara influência nesse processo político que se seguiu, até porque “é preciso destacar que, durante todo o processo de *impeachment*, os meios de comunicação atuaram como os principais mediadores do discurso jurídico, construindo uma imagem do campo e de seus agentes” (FERNANDES; ARTICO; DE OLIVEIRA, 2020, p. 36). Portanto, tem-se que as consequências práticas da crise das instituições e da descredibilização dos partidos políticos brasileiros reverberaram na ascensão política de uma figura, que conseguiu parecer um antissistema, apesar de ser um profissional do campo político, tendo guindado três de seus quatro filhos a cargos públicos eletivos sob o sobrenome Bolsonaro.

Após a investida de Aécio Neves (PSDB), derrotado nas urnas nas eleições presidenciais de 2014, de recontagem de votos e a continuidade da polarização eleitoral, foram contínuos o avanço da operação e a popularização de seus personagens, em tramas e revelações de segredos, envoltos em cifras milionárias. O golpe que retirou Dilma do Planalto se consolidou e as pedaladas fiscais foram encobertas por novas fases da operação contra a corrupção.

Souza (2019, p. 232) analisa esse período e destaca que “a Lava Jato forneceu concretude ao ataque à democracia pelos vazamentos seletivos ilegais até as eleições de 2016, fazendo crer à população que apenas o PT havia cometido ilegalidades”. Essa noção foi vislumbrada nas urnas com baixo desempenho eleitoral do partido e uma ascensão do PSDB, especialmente nas capitais e cidades de médio porte. Esse ataque ao governo, ao partido e a Lula significaram, na visão do autor, também uma desconfiança nos propósitos e até nos resultados das políticas de inclusão social:

A Globo e a grande mídia – e sua aliada, a operação Lava Jato – não só contribuíram para o mais massivo ataque à democracia e ao direito brasileiro de que se tem notícia, como atacaram também, em uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta, a igualdade social como princípio, ao torná-lo suspeito e mero instrumento para os outros fins (SOUZA, 2019, p. 235).

Nesse cenário, o PT chegou combalido às eleições municipais de 2016 com elevada perda de espaço. Com influência cada vez maior das redes sociais no processo de comunicação política, o vazio institucional seguiu-se no conturbado governo de Michel Temer (2016-2018). Diante desse hiato, Jair Bolsonaro postou-se como uma opção à polarização partidária entre PT x PSDB. Sua habilidade nas redes, numa opção pela violência comunicativa (artefato da guerrilha midiática, que passou a travar com a mídia convencional), e como adversário e, ao mesmo tempo, vítima da



grande imprensa, fez do embate e da crítica aos críticos uma estratégia e um “argumento” capazes de fornecer substratos (ou aparência disso) para seus seguidores. Apesar de, como se revelou com as sucessivas denúncias sobre a atuação dele próprio como parlamentar, seus filhos, esposa, ex-esposa e ex-assessores, a couraça de anticorrupção e a aliança com a Lava Jato foram úteis apenas até a chegada ao poder. A partir da assunção ao Palácio do Planalto, esse discurso patrimonialista, cuja reverberação na classe média (SOUZA, 2018) é imediata, cedeu espaço à luta por uma pauta ideológica e de costumes baseada na personalização e numa rede de notícias falsas e interpretações ambíguas dos fatos e das próprias falas do presidente.

### 1.1 “Lavajatismo” e a judicialização da política

O sítio eletrônico do Ministério Público Federal na *internet* apresenta que a Operação Lava Jato é “a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil” (*sic*)<sup>7</sup>. Reconta a história do começo da operação, que chegou à maior empresa pública do País, a Petrobras. Com números que parecem ser vultuosos, fala dos desdobramentos no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, além de inquéritos criminais junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função. À época da coleta, havia equipes da Operação atuando nos Tribunais Regionais Federais das 2ª (RJ/ES) e 4ª (RS/SC/PR) Regiões.

Segundo as denúncias feitas à Justiça e reverberadas na imprensa, em troca de apoio político, o governo (entenda-se o PT) distribuía cargos públicos, especialmente na petrolífera nacional, os quais davam aos indicados acesso a negociações de contratos por serviços e aquisições bilionárias. Esses agentes públicos, por sua vez, negociariam propinas desses negócios para, supostamente, financiar os propósitos políticos dos membros de seu grupo. Além de funcionários públicos, a Operação também avançou sobre os padrinhos políticos, ou seja, os parlamentares (senadores e deputados federais), que se viram, ano após ano,

---

<sup>7</sup> O sítio eletrônico do Ministério Público Federal atribuiu esse *slogan* à Operação no conteúdo oficial disponibilizado à sociedade por meio do endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>, acessado em 23 de setembro de 2021, às 22h15min. Embora tenha havido, no passado, mais destaque para esse conteúdo até o ano de 2020, atualmente é possível acessá-lo por meio de ferramentas de busca. No *site* oficial do órgão ministerial, há um *link* de acesso por meio do *menu* “Grandes Casos”.

encurralados por novas delações, geralmente feitas por denunciados ou réus no cárcere, cujas delações eram premiadas com a liberdade provisória ou assistida (com monitoramento eletrônico). Embora também as empresas, especialmente as construtoras e a estatal de petróleo, tenham sofrido com perdas econômicas pela rescisão de contratos e danos irreversíveis à imagem do empreendimento, é possível dizer que as principais vítimas da Operação tenha sido a política e a própria democracia.

Para reavivar na sociedade a luta contra a corrupção, a Operação se agarrou à noção vergastada pelo que Souza (2019) chama de “o pensador” (Sérgio Buarque de Holanda) e “o historiador” (Raymundo Faoro) da tradição do “vira-latismo nacional”. A Lava Jato encontrou no patrimonialismo, difundido à direita e à esquerda do pensamento político brasileiro, um esteio para o avanço sobre o debate público nacional. A presença constante dos procuradores e do juiz no noticiário, à medida que se distribuíam informações sobre prisões, conduções coercitivas e delações, vazadas às vésperas de cada edição do jornal global, em tons já empregados desde 2013<sup>8</sup>, nos protestos populares que se espalharam por todo o País, foi como chamariz para a ascensão de uma vontade popular, que transcendesse a do *establishment* político.

O ex-juiz federal Sérgio Fernando Moro, que, após a eleição vencida contra o PT, no segundo turno de 2018, foi nomeado como ministro da Justiça por Jair Messias Bolsonaro, é central para se compreender de que forma a judicialização da política, uma espécie de expansão do Poder Judiciário sobre os domínios da política, pode ter desencadeado uma série de fatos, que culminaram com a instabilidade institucional no País. Esse fenômeno pode ser definido como uma transferência de autoridade dos domínios da política. Pelo que afirma Santos (2018), todo tipo de interferência para resolução de um problema político por via judicial pode ser interpretado à luz da judicialização da política.

Nesse cenário, Ijuim e Oliveira (2020) destacam que a recorrente busca de ação por meio das instituições jurídicas para solução de questões relevantes, morais e sociais “tende a provocar deslocamentos que abrem espaço para violências,

---

<sup>8</sup> Castells (2017) explica que as manifestações ocorridas no Brasil em 2013 fizeram parte de um momento histórico oportunizada pela *internet*, no qual a população brasileira se manifestou de maneira intensa. Feres Júnior, Miguel e Barbadela (2014) demonstram como a cobertura da imprensa passou por momentos distintos até agregar a insatisfação corrente aos problemas do governo Dilma, receita posteriormente replicada a partir das crises políticas oriundas das fases da Operação Lava Jato, inclusive no *impeachment* (FERNANDES; ARTICO; DE OLIVEIRA 2020), por parte da mídia hegemônica.

desconfiança e criminalização da política” ao que se amolda, a conduta descrita pelos autores como ativismo judicial, por meio do qual o julgador age com protagonismo nocivo à democracia. “Chamamos a este processo político de despolitização, judicialização da política (SANTOS, 2018, p. 465). Para o autor, essa judicialização da política, que foi, na sua gênese, “um sintoma da crise da democracia, alimentou-se desta”. Para Santos (2018), se antes a legitimidade do sistema político tinha como alicerce exclusivamente os ocupantes dos cargos políticos eleitos pelo voto, como o Congresso e o Executivo, de alguma maneira, segundo o autor, essa legitimidade foi transferindo-se, para que fosse dirimida pelos tribunais judiciais.

No Brasil, apesar de recente, estima-se que a Constituição, que é a lei maior de um país, atualmente, esteja até 42% maior do que quando foi escrita, pois já colaciona 111 emendas<sup>9</sup>. Desde a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público, órgão responsável pela acusação no processo judicial, tem utilizado as ações de improbidade administrativa como estratégia dominante entre os promotores de Justiça para atuação como fiscal da lei e, por consequência, advogando em nome da sociedade, conforme suas atribuições legais.

Ocorre que essa não é a única forma ou sintoma do fenômeno da judicialização no País. Primeiro, porque a Constituição do Brasil é muito ampla e contém, inclusive, formas de atuação do Estado, o que demanda uma judicialização das políticas públicas, como, quando, por exemplo, um juiz determina que um Estado da Federação ou o Estado Brasileiro forneçam tratamento ou medicamento a um paciente que não encontrou solução pelo canal convencional de atendimento. Ou seja, é uma ação de governo, portanto, política, a qual é feita “sob vara” (termo jurídico para, por exemplo, descrever quem faz algo obrigado pela Justiça). Além disso, no ordenamento jurídico brasileiro, é possível realizar, em todos os níveis de jurisdição, o controle de constitucionalidade. Ou seja, a Justiça diz se uma lei, aprovada pelo Legislativo, está de acordo com os preceitos constitucionais, podendo, portanto, revogá-la e, em tantas vezes, interpretá-la.

Essa incomum<sup>10</sup> constitucionalização de políticas públicas tem a ver com

---

<sup>9</sup> Esse é o número de emendas até 29 de setembro de 2021, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 111, que disciplina a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais entre outros temas. Para ser aprovada, uma Emenda deve ser aceita por 2/3 de cada uma das Casas Legislativas.

<sup>10</sup> A professora da faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luciana Gross Cunha, no evento Talks, da USP, disponível no *YouTube*, explicou que é incomum, nos sistemas jurídicos de outros países, esse excessivo detalhamento das políticas públicas no texto constitucional, como é o caso do Brasil, que tem uma das constituições mais extensas do mundo.

questões de natureza cível, isto é, na divisão do Direito, entre cível (relações entre as pessoas) e criminal (proteção de bens caros, como a vida e o patrimônio, e das regras de convívio em sociedade); em outros termos, a segunda é mais danosa. Por isso, a partir da pecha patrimonialista burilada ao longo de décadas (SOUZA, 2019) pela “elite do atraso”, a Lava Jato ancorou-se em procuradores federais (MPF) e num juiz federal, que agiam em conjunto para condenar os acusados.<sup>11</sup>

Como apontam Ijuim e Oliveira (2019), a Constituição Federal de 1988 fortaleceu as instituições judiciais e foi um incentivo ao ativismo judicial, que é uma forma de atuação judicial para além do processo. Após discorrer sobre vários conceitos apresentados por diferentes teóricos, Nunes Júnior (2016, p. 36) busca resumir a complexidade do termo judicialização e seu “primo”, o ativismo judicial:

A judicialização da política, conceito mais amplo e estrutural, cuida de macrocondições jurídicas, políticas e institucionais que propiciam a transferência de decisões do Executivo e do Legislativo para o Judiciário, o que resulta na ampliação das áreas de atuação dos tribunais e dos magistrados pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas. O ativismo judicial pode ser descrito como uma atitude, escolha ou comportamento dos magistrados e dos tribunais no sentido de revisar temas e questões, *prima facie*, de competência de outros poderes, para além das balizas constitucionais.

De 2014 até os dias atuais, “as dinâmicas entre a Imprensa e o Judiciário descortinaram a judicialização da política no país, trazendo outros contornos” (IJUIM; OLIVEIRA, 2020). A repercussão da jornada contra a corrupção, midiaticizada a partir de enquadramentos e vazamentos seletivos de informações, inclusive para outros países, como destacam os autores e a própria página do MPF na *internet*, no caso Lava Jato, que dedicam conteúdo específico sobre a internacionalização da operação e a cooperação dos procuradores com organismos de outras nações. Expressão dessa internacionalização da Lava Jato, o Ministério Público Federal (MPF) mostra que recebeu 606 pedidos passivos de cooperação jurídica em matéria penal, oriundos de 40 países, e 447 pedidos ativos destinados a outras 61 nações. É comum a comparação com outra ação identificada como judicialização da política, ocorrida da Itália, nos anos 1990, inspiração que foi, inclusive, admitida e festejada pelo então juiz

---

<sup>11</sup> O jornal eletrônico *Intercept Brasil* publicou reportagens em que conversas privadas mantidas por meio do aplicativo *Telegram* entre o juiz federal aposentado Sérgio Fernando Moro e os procuradores federais, como Deltan Dallagnol, revelaram que uma das partes do processo (MPF) agia em conjunto com o presidente do processo, que, em tese, deveria ser imparcial, como confirmado em sede jurisdicional em julgamentos feitos pelo Supremo Tribunal Federal declarando a incompetência e parcialidade do juiz neste caso (Segundo Agravo Regimental no *Habeas Corpus* 193.726 – PR).

Moro<sup>12</sup>.

A linha do tempo da Operação Lava Jato<sup>13</sup>, sob a ótica do MPF, remonta o quadro de uma disputa pela narrativa histórica, na qual o Judiciário, representado pelos processos que tramitaram na 13ª Vara Federal de Curitiba. Os representantes do processo judicial colocaram-se como atores políticos relevantes do processo decisório, como se fossem também uma “candidatura” ou parte de outra, capaz de recorrer aos mesmos expedientes dos políticos de carreira ao encampar uma “campanha permanente” (OLIVEIRA; FERNANDES; LEAL, 2019). Assim se manteve a sociedade mobilizada em torno do tema, que acabou por invadir, como pontua Souza (2019), a discussão do *impeachment* de Dilma. Nesse episódio de 2016, quando se realizou o Golpe, ancorou-se na ideia de que a presidente estivesse sendo deposta por conta das “descobertas” e delações da Operação Lava Jato, apresentadas pelos órgãos oficiais (Polícia Federal, MPF e Justiça Federal). Tudo isso foi legitimado pela exposição midiática em torno da Operação e do lavajatismo.

Durante o *impeachment*, fato destacado por Fernandes, Artico e De Oliveira (2020) e também por Souza (2018), os discursos dirigiram, ao PT, à esquerda, ao Comunismo e à “quadrilha” que saqueava o País, a motivação pelos votos favoráveis ao impedimento de Dilma; alguns até em tons jocosos, raivosos ou denunciastas, um espetáculo feito por parlamentares durante sessão televisionada, num domingo de abril de 2016. Como Singer (2018) relembra com alguns detalhes, antes de abonarem a investida jurídica, também no Parlamento, os deputados federais passeavam entre o populismo fácil e o proselitismo regional, mixados com versões grotescas dos sonhos infantis de “mandar” um beijo para os familiares em rede nacional, como nos programas infantis de décadas atrás, ou mesmo homenagear seus ídolos pessoais, como Mariguela, pela esquerda, e Ustra, pela extrema direita. A questão, de fato, as tais “pedaladas fiscais”, passou ao largo dos votos, cuja maioria cuidou de manter o

---

<sup>12</sup> Em reportagem publicada em 29 de março de 2016, pela Agência Brasil ([agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)), há notícia de que o então juiz federal, em palestra na cidade de São Paulo, pediu a mobilização da sociedade civil para o suposto combate à corrupção assim como também já o fez, em outras oportunidades, o procurador federal Deltan Dallagnol.

<sup>13</sup> O MPF disponibiliza na *internet* ([www.mpf.mp.br](http://www.mpf.mp.br) – consulta em 30 de setembro de 2021, às 19h50min) um infográfico com uma “linha do tempo” da Operação, cuja atividade teve início em 24 de março de 2014, com a chegada dos primeiros processos à Segunda Instância, após a deflagração de uma operação da Polícia Federal, autorizada pela Justiça Federal, no Paraná (a investigação apontou a atuação de doleiros, que trocavam informações e práticas ilícitas entre si). Segundo o MPF, até o ano de 2019 (quando a Operação começou a perder força), foram mais de 760 processos distribuídos para análise da Procuradoria Regional da República (MPF) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apenas *habeas corpus*, foram 372.

discurso autofágico (para os políticos) propostos pela mídia e pela Lava Jato. A política cuidou de colher os frutos pragmáticos da queda iminente da presidente, com a devida divisão de cargos e ministérios aos partidos que protagonizaram a votação golpista, que foi confirmada, em agosto de 2016, também no Senado Federal.

Ao identificar a judicialização da política como tendência na democracia contemporânea, posto que só se pode haver tal fenômeno numa democracia, devido à concentração de poder no Executivo em regimes despóticos, Cappelletti (1993, apud MOTTA, 2019, p. 197) destaca que “o Judiciário, ao elevar-se ao patamar dos outros poderes, torna-se, enfim, o terceiro gigante, capaz de controlar o legislador ‘mastodonte’ e o ‘leviatanesco’ administrador”. O alcance desse gigante, debatem Ijuim e Oliveira (2020, p. 7):

Não há dúvidas de que a notoriedade da operação é resultado do uso estratégico e apoio da mídia. Integrantes da Força-Tarefa do MPF do Paraná e o próprio juiz protagonista da Lava Jato atuaram com esse propósito, vazando informações, posando como heróis e apresentando operações de forma espetacularizada.

Não obsta rememorar situações ocorridas no decorrer desse processo específico de judicialização da política brasileira por meio da Lava Jato, como os vazamentos das conversas entre os ex-presidentes Dilma (que tinha foro especial) e Lula, apresentados na imprensa como legítimos, mas contrariando os princípios basilares da Justiça e do devido processo legal. Mas, essa condição só seria possível graças à adesão da imprensa ao projeto anticorrupção simbolizado pela Operação, em especial a Rede Globo, pois, apesar de se apresentar com porta-voz da Nação, na verdade, defende interesses particulares. Para os autores, é definitivo o fato da judicialização da política e a consequente politização da Justiça no Brasil. Outra constatação é de que os veículos de comunicação e os jornalistas são “agentes ativos neste processo” (IJUIM; OLIVEIRA, 2019).

Essa recorrência da mídia ao Judiciário para legitimar os embates que compra em nome dos interesses que a governam é um sinal do esfacelamento ou implosão do jornalismo<sup>14</sup>, como que numa ancoragem feita a partir da credibilidade da própria

---

<sup>14</sup> Ramonet Miguez (2014) explica como a própria lógica da atividade, em busca por espaço político e afirmação social, acabou por descredibilizar o jornalismo, entre outros fatores, pela lógica capitalista do mercado, que contrasta com a utópica imparcialidade com que se reveste o argumento jornalístico ao ser confrontado.

Justiça e da autoridade social de que essas instituições ainda gozam. Entretanto, como já alertado, a judicialização do debate político tem o revés, que é a politização do Judiciário, um processo autofágico pelo qual a própria imprensa passou e passa. Como demonstraram as reportagens que se seguiram com os vazamentos das conversas de Sérgio Moro, além de procuradores, jornalistas eram constantemente acionados, na concretização do ativismo judicial inerente ao processo de judicialização, posto que os responsáveis pela Operação “adotaram um modo ‘estratégico’ de trabalho com a imprensa *mainstream*, formando ‘parcerias’ com certos jornalistas e veículos, para atender a interesses particulares alinhados a posicionamentos político-partidários e crenças pessoais” (IJUIM; OLIVEIRA, 2020, p. 232).

Como destaca Nunes Júnior (2016, p. 35), o ativismo judicial é uma espécie de expressão criativa e expandida para interpretação do Direito, o que invade a esfera de competência de outro poder, reverberando, inclusive, com “novas condutas não previstas na legislação em vigor, o que resulta em contornar o processo político majoritário, com acirramento das disputas no campo político por meio de processos judiciais”.

Os processos contra Lula permaneceram em paralelo ao programa de desmoralização política da esquerda, em especial do PT. Mais uma vez, a judicialização da política entrou em cena. Com as condenações em segunda instância, mantida até então a posição do Supremo com relação à prisão, Lula foi impedido de concorrer ao pleito de 2018 apesar de inicialmente inscrito na chapa tendo Fernando Haddad, ex-ministro da Educação de seu Governo e ex-prefeito de São Paulo, como vice.

Essa chapa logo foi desfeita com o fim do prazo para tal imposto pelo Tribunal Superior Eleitoral. Lula, que, como relata Souza (2019), liderava as pesquisas, preso em Curitiba, não teve nas eleições de 2018 a participação ativa como nos eventos eleitorais anteriores. Mas, o processo continuou e, após passar pela fase de recursos no Superior Tribunal de Justiça, chegou à Corte Suprema, que, em 2020 e, após, em 2021, primeiro, por decisão do ministro Edson Fachin, anulou o processo, que tramitava na 13ª Vara Federal de Curitiba, e mandou que novo processo foi aberto no foro da Justiça Federal em Brasília, que seria o local apropriado para aquele julgamento. Com o passar do tempo desde a denúncia do MPF, o crime foi prescrito. Já em outra ação, também em tramitação no STF, primeiro a turma, em seguida o

plenário, composto por todos os ministros, declarou-se a parcialidade do juiz Sérgio Fernando Moro por ter agido, conforme o relator Gilmar Mendes destacou em seu voto, com total parcialidade com relação a Luiz Inácio, que era um dos réus do processo. Com essas duas decisões, novamente, o processo político foi modificado por decisões judiciais à medida que essas decisões alteraram, mais uma vez, o tabuleiro político- eleitoral.

Tanto Singer (2018) quanto Souza (2019) alertam para os fatores econômicos que afetaram o período que antecedeu e ocorreu durante o impedimento da presidente Dilma: a prisão do Lula e a derrota para o candidato do PSL. Em que pese tais considerações, ambos também são claros na admissão do papel preponderante da Operação Lava Jato na formação de uma narrativa capaz de culpar o governo e os políticos, em especial do PT, pela crise econômica. As decisões judiciais que sucederam nesse processo político foram marcos relevantes para que as forças políticas fossem alinhadas e realinhadas a cada passo processual. A judicialização da política tornou-se cada vez mais clara e a politização da Justiça, inevitável.

Sérgio Moro foi lançado de vez à política, pois, como alertaram Santos (2018) e Ijuim e Oliveira (2020), o processo reverso e inevitável da judicialização é a politização da Justiça, fatos já registrados como nas candidaturas de magistrados e membros do MP nas eleições de 2016 e 2018<sup>15</sup>. Primeiro ao pedir exoneração do cargo de juiz federal para lançar-se como ministro da Justiça aquele que foi o maior beneficiado de sua investida judicial sobre a política nacional, Jair Bolsonaro e Moro logo se desentenderam e, em abril de 2020, a ruptura em rede nacional demonstrou a fragilidade da aliança entre um dos representantes do processo de Curitiba e o candidato apoiado por setores e grupos conservadores.

---

<sup>15</sup> Não que seja novidade, mas, como demonstra o jornal *A Gazeta*, em publicação de 2018, vários candidatos oriundos do meio judicial têm se lançado no campo político, citando exemplos como o ex-juiz federal Wilson Witzel (PSC), que venceu e já saiu do governo no Rio de Janeiro, e a juíza aposentada Selma Arruda (PSL), senadora em Mato Grosso. Já o também ex-juiz Flávio Dino (PC do B) foi reeleito no Maranhão. Sem contar os que tiveram desempenho pífio, como a ministra Eliana Calmon (PSB) e os que sequer se arriscaram, apesar de ensaios, a exemplo do ministro Joaquim Barbosa. E, mais recentemente, Sérgio Moro, que se filiou ao Podemos e se apresenta como candidato à Presidência da República, pelo menos, desde 2021.



## 2 A ESPETACULARIZAÇÃO DA POLÍTICA NA MÍDIA

Neste capítulo, será abordada a forma espetacular com que a política é representada pela mídia, passando por discussões feitas a partir da Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord, para identificar aspectos da própria natureza da Operação. Será também abordada, pela forma como foi enquadrada pela mídia tradicional, a espetacularização da política, por meio de narrativas simplificadas e superficiais, que simulam a realidade a partir de representações, que são programadas desde a própria realização do fato, o qual gera a notícia.

Apesar de intrinsecamente ligado ao movimento de maio de 1968 e aos escritos dos situacionistas, Valle e Corrêa (2018 apud CIOCCARI; DA SILVA; ROVIDA, 2018) identificam, na contemporaneidade, aspectos do pensamento de Guy Debord sobre as tentativas revolucionárias de transformação social nos protestos de junho e julho de 2013 e em ocupações de escolas e universidades, em 2015, no Brasil. Essa visão deve-se ao fato de que a teoria debordiana diz respeito não somente ao mundo que é possível ver e sentir, mas é carregada de uma significação histórica para além da simples percepção do domínio completo das imagens sobre uma “realidade cada vez mais ‘desmaterializada” (VALLE; CORRÊA, 2018, apud CIOCCARI; DA SILVA; ROVIDA, 2018).

Para as autoras do prefácio da edição comemorativa do cinquentenário do movimento de 68, Debord acreditava que a origem da sociedade do espetáculo não se deu pelo desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para difusão em massa das informações, mas sim pela derrota do projeto proletário autoemancipativo, que teria dado lugar à imposição de outro modelo:

Fundamentalmente, pela emergência do poder de representação operária que estruturalmente atado às formas políticas e culturais burguesas que diz combater, opõe-se radicalmente, sobretudo em momentos de agudização das lutas, à classe cujos interesses diz representar (VALLE; CORRÊA, 2018 apud CIOCCARI; DA SILVA; ROVIDA, 2018).

Como Debord rejeitava a dogmatização das ideias de Marx (COELHO; PERSICHETTI, 2018), seria o diálogo a base da construção de uma verdadeira democracia. De acordo com o autor, Debord revolucionou a compreensão do capitalismo, ao “desviar” o foco marxista na acumulação de capital para o acúmulo de espetáculos, que vão além de conjuntos de imagens, consistindo numa mediação, por meio de imagens e coisas, das relações entre as pessoas. O real sucumbe à lógica

consumista e à necessidade criada por mercadorias, às quais foram empregadas falsas imprescindibilidades, de tal modo que a mercadoria “ocupou completamente a vida social” (COELHO; PERSICHETTI, 2018). Logo, o debate público também foi suprimido.

Guiado à realidade objeto desta pesquisa, o pensamento debordiano traz reflexões e observações sobre a mídia e a política. Para além do verdadeiro, o interessante passa a ser destacado a partir da imposição da superficialidade pela lógica capitalista de acumulação de espetáculos. Por isso, atenta ao seu papel de atender aos anseios do mercado e do capital, a mídia traz, de maneira espetacular, a representação da política. Uma mediação por imagens, nas quais o tema “do patrimonialismo, ou seja, da elite supostamente dentro do Estado como grande problema nacional, e não a elite do dinheiro fora do Estado e que o usa para seus fins” (SOUZA, 2019, p. 175) é um amalgama por meio do qual todo o enredo da Lava Jato foi conduzido ao entendimento do público (e em outros momentos históricos<sup>16</sup>).

Esse cenário seria até esperado ante a posição de confronto, denúncia e caricatura que a mídia faz das personalidades políticas, dos partidos políticos e, por conseguinte, das próprias instituições públicas dirigidas por esses agentes: “A essa crise de representação de interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização” (CASTELLS, 2018, p. 19). Desse modo, a mídia, como defensora que se arvora da democracia, acaba, no exercício da atividade, sendo o principal algoz do sistema democrático, como pontua Coelho e Persichetti (2018) ao destacar publicação da *Folha de São Paulo*, de 2016, na qual o veículo reafirmava que é uma “tradição fiscalizar governantes” desde a redemocratização. Em que pese o emprego do tempo “fiscalizar”<sup>17</sup>, abrir um leque de discussões é relevante, como enfatizou o autor:

Situada socialmente numa posição intermediária entre as classes trabalhadoras e a burguesia, a classe média é bastante suscetível aos apelos em defesa da moralidade pública. Foi em nome dessa moralidade pública que ela apoiou a ação repressiva das formas armadas em 1964 e apoia, na contemporaneidade, a judicialização da política. Com o descrédito da política e dos políticos, incentivado pela mídia, instituições do aparelho repressivo de estado colocam-se na posição de ‘salvadoras da pátria’ (COELHO; PERSICHETTI, 2018, p. 89).

---

<sup>16</sup> Souza (2018) aponta que, em episódios políticos outros, como no segundo governo de Getúlio Vargas, por exemplo, o patrimonialismo é utilizado para justificar ataques ao poder político, evidentemente, advindos dos que representam os interesses econômicos hegemônicos.

<sup>17</sup> Em reportagem de setembro de 2016, ao justificar reportagem com denúncias sobre o governo Temer, o jornal *Folha de São Paulo* destacou suas manchetes nos governos anteriores aos de Temer para justificar sua atuação, que, na visão de Souza (2019), é defender a visão patrimonialista que a elite impõe a todos como sendo fiscalizatória da atuação dos políticos e dos órgãos de Estado.

Como destacam Fernandes, Artico e De Oliveira (2020), na busca pela atenção dos espectadores ao seu espetáculo, a política sempre cuidou da construção de heróis e vilões ao passo que, diante da midiática da sociedade, como defende Hjarvard (2012, p. 2), hoje a mídia é tanto parte da sociedade e da cultura quanto também é “uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua”. Como pontua Castells (2020), não há novidade na separação entre a realidade e a sua representação simbólica, uma vez que, ao longo da história, a humanidade sempre cuidou de representar por meio de símbolos que comunicam todas as realidades. Nota-se que, no contexto contemporâneo, “o tempo é apagado no novo sistema de comunicação, já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir na mesma mensagem (CASTELLS, 2020, p. 458).

Essa diversidade de possibilidades confere à mídia ou às corporações midiáticas o poder de direcionar a atenção da sociedade para questões superficiais, como a vida pessoal das celebridades, tornando temas supérfluos em principais, independentemente de sua real relevância, inclusive no campo político.

No máximo, existe uma aparência, quando ocorre a divulgação de escândalos envolvendo políticos e instituições públicas, que a realidade está sendo mostrada; quando o que acontece é que o que está sendo mostrado corresponde apenas à superfície do real funcionamento das instituições. Os escândalos são o resultado de disputas, com a participação importante das corporações de mídia, pelo controle do Estado, e que são resolvidas mediante a construção/desconstrução das imagens de grupos políticos e seus aliados no mundo empresarial (COELHO; PERSICHETTI, 2018 apud CIOCCARI; DA SILVA; ROVIDA, 2018).

Não alheia a tudo isso, a Operação Lava Jato (e suas supostas decorrências eleitorais e políticas) ampara-se e é amparada por essa condição espetacular da sociedade contemporânea de modo que, “se o conhecimento da realidade está esvaziado, se a comunicação está reduzida ao processo de construção/desconstrução de imagens, vivemos sob o domínio da mentira sem oposição de contestação” (COELHO; PERSICHETTI, 2018). Para o autor, esse processo caracteriza-se, sobretudo, pela sobreposição das imagens ante as relações sociais. O maniqueísmo torna-se ferramenta para eficácia do discurso proposto na construção/desconstrução de personalidades pela coação midiática e jurídica, cuja ameaça e pena é a exposição nos principais veículos de comunicação de pessoas de grande poder político e econômico, subjugadas, algemadas e entregues aos registros

de vídeos e fotografias, que compunham o espetáculo da corrupção<sup>18</sup>. “E, por meio de uma relação efêmera e veloz, sem qualquer possibilidade de aprofundar o conteúdo recebido, o espetáculo político busca na dramatização a motivação para prender a atenção do destinatário” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 63).

Como destaca Gomes (2004), existem duas fases de produção da comunicação política: uma primeira, pelos próprios agentes políticos, nos seus jogos de encenação e narrativas; e a segunda relacionada ao próprio atributo dos profissionais da mídia, que decodificam esses fatos-atos, os quais o autor chama de “agentes da política da imagem”. Só num terceiro momento, quando se dá a recepção dessas mensagens pelo público, é que o sentido, em si, do que foi programado nas duas outras fases completa sua finalidade. Ao rememorar as lições de Aristóteles sobre a destinação da representação e a possibilidade de causar no público tanto emoções como medo, piedade ou graça e também efeitos de natureza cognitiva, criando ou reforçando pensamentos e convicções, Gomes (2004) identifica-as como processos de simpatia e antipatia necessários para que o público se envolva na trama proposta.

A representação é prática comum à arte política em qualquer época e a única coisa que caracteriza particularmente a política contemporânea é o grande volume dos seus espetáculos e o fato de que a sua cena é constituída fundamentalmente pela comunicação de massa (GOMES, 2004).

“Os políticos sempre distorcem a realidade, mas a TV – e mais tarde a *internet* – lhes deu novas plataformas para prevaricar” (KAKUTANI, 2018, p. 97). Mas, além da dimensão dos emissores e fabricantes dos fatos políticos, como destacado por Gomes (2004), a autora reflete sobre os ensinamentos de Baudrillard (1991) ao destacar que, na cultura midiática contemporânea, “as pessoas passaram a preferir o ‘hiper-real’ – isto é, as realidades simuladas ou fabricadas, como nos parques da Disney – ao chato e cotidiano ‘deserto real’” (KAKUTANI, 2018, p. 102).

---

<sup>18</sup> Warde (2018) faz crítica à forma espetacular como a Operação realizou a criminalização da política, com reflexos negativos para grandes empresas e agravamento da crise econômica e do desemprego. O autor aponta deslizos jurídicos e o arvoreamento dos procuradores federais para a realização dos acordos de leniência entre outros mecanismos proporcionados por mudanças legislativas para atender à sanha de combater a corrupção, cujos reflexos foram catastróficos do ponto vista econômico e também político, do que ele denominou como um “espetáculo de corrupção” produzido por um sistema corrupto e o modo de combatê-lo aos quais atribuiu a destruição do País.

Em vez de cassetete da polícia, temos aqui a manipulação midiática das necessidades de autolegitimação da classe média transmutadas em defesa de uma ideia de moralidade tão amesquinhada e estreita que se reduz a se escandalizar somente com a suposta corrupção apenas patrimonialista (SOUZA, 2019, p. 225).

Dispostos à cena, o campo político e sua imbricação indissociável com a mídia (ou comunicação política) entregam ao público um conjunto de significados, pois a exploração da classe média pela elite se dá por meios simbólicos, aos quais a dramatização especular da cobertura da Operação Lava Jato se amoldou com perfeição.

No caso das empresas de mídia no Brasil, é um componente essencial da imagem que transmite aos seus consumidores o papel de os verdadeiros defensores da democracia, contrapondo-se aos políticos e aos partidos, cuja representatividade é contestada. Há uma simbiose entre a visão da mídia sobre a política e a visão dos setores majoritários da classe média (COELHO; PERSICHETTI, 2018, p. 81).

Como será visto mais adiante, este conluio entre os agentes estatais da Justiça e a mídia tradicional para vender a narrativa especular sobre a Operação Lava Jato, nos tempos atuais, logo encontra reverberação na *internet*. Ao refletir sobre bolhas, filtros e outros mecanismos que selecionam o conteúdo para as pessoas conformes dados que identifiquem preferências, tendências de comportamento e sentimentos expressados na utilização das plataformas de sociabilidade virtual, como *Facebook* e *Twitter*, a autora é elucidativa a respeito dessa questão:

Na *web*, onde cliques são tudo e entretenimento e notícias estão cada vez mais misturados, o material sensacionalista, bizarro ou revoltante sobe para o topo, com *posts* que apelam cinicamente para a parte rudimentar de nossos cérebros – para emoções primitivas como medo, ódio e raiva (KAKUTANI, 2018, p. 151).

A representação espetacular que a mídia faz da política encontra espaço para entendimento, como demonstrado por Gomes (2004), na dramatização da cena política, que é uma maneira fácil de explicar ao público embora tão superficial que permita além da manipulação venal. Com a decodificação dessa simplificação, de formas ainda mais grotescas e simplistas, a representação jornalística e sua construção com títulos e *leads* são substituídas por imagens, memes, piadas e anedotas, que trazem na graça e na galhofa uma forma de extrair o debate político desse campo da mídia.

## 2.1 Mídia e política sob a ótica da espetacularização

A mídia, a partir do conceito de Hjarvard (2012), ancorada, ainda, nas discussões propostas por Castells (2020), compreende um conjunto de esforços, individuais ou coletivos, por meios privados e públicos, dirigidos a diversos públicos e segmentos, com objetivos de transmitir uma mensagem e estabelecer um relacionamento, que resulte num resultado predeterminado, que vai desde a venda de um produto supérfluo até a influência no desfecho de grandes eventos sociais, como as eleições. A política, na visão de Weber (apud GUIMARÃES, 2010, p. 39), “é uma atividade que se destina ao poder. O Estado só garante a sua existência com a submissão dos governados à autoridade de que exerce o poder”.

Sob a ótica da espetacularização, mídia e política fazem parte de um conjunto de instituições, cuja lógica que as opera é a do domínio ou controle das relações sociais, seja pela autoridade, conferida pela convenção do poder político, seja pela autoridade, que opõe ambas as instituições e os conceitos no desejo de hegemonizar a influência e o poder sobre a sociedade. Coelho e Persichetti (2018) apontam para a espetacularização da cobertura jornalística da imprensa nacional com relação aos episódios da Operação Lava Jato. Como destaca Souza (2019), a forma como a operação foi representada têm o condão de estabelecer um consenso sobre a inaptidão moral dos políticos, dos partidos políticos, em especial do PT, escolhido como bode expiatório da corrupção seletiva só do Estado.

A cada fase da Operação, a mídia aumentou o tom com relação aos acusados. Os enquadramentos espetaculares, então, se acumularam, com destaque, inclusive, de “personagens” secundários da trama, como o “Japonês da Federal” ou mesmo o “Hipster da Federal”, agentes que apareceram no noticiário durante os *shows* de prisões e conduções e ganharam destaques dos jornalistas e do público. De modo que a trama exposta no telejornal já era de amplo conhecimento da sociedade, mesmo aqueles menos interessados por política já poderiam, a partir desses enquadramentos, identificar vilões e mocinhos da história contada pelos operadores da Lava Jato.

A representação, por outro lado, é, ao mesmo tempo, a representação de ações humanas (uma ação narrada ou encenada) e uma mecânica voltada para o acionamento de efeitos nos apreciadores, enfim, um sistema de instruções emitidas para a recepção através de estratégias de composição (GOMES, 2004, *on-line*).

Dessa forma, como mencionou Fernandes *et al.* (2018) com relação às narrativas espetaculares travadas em relação ao Golpe de 2016, cujos enquadramentos revelados pela pesquisa destacam a necessidade de permanente exposição, por meio da qual é possível manter ativa a condição de prosélitos poderem utilizar suas mídias privadas para repetir publicações feitas de acordo com a preferência ou interesse político. Debord (1997, p. 175) elenca as cinco características do estágio de espetacularização da sociedade contemporânea: “a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo”.

Para o autor, as imagens suplantaram a condição de real de tal modo que a representação tomou o lugar de destaque da própria coisa. E a mídia, sob a ótica do espetacular, como conceitua Coelho e Persichetti (2018) apoiam-se na espetacularização da vida cotidiana como forma de sobressalto na busca pela atenção do público. Nesse contexto, é preciso destacar, ainda que:

As atividades que tenham sido realizadas clandestina ou privadamente de repente se tornaram visíveis para o domínio público, e a divulgação e condenação de tais atividades na imprensa serviram, em parte, para constituir um evento como escândalo. A visibilidade mediada não seria um comentário *a posteriori* sobre um evento escandaloso: mas, sim, parte constitutiva do evento como escândalo (THOMPSON, 2008, p. 29).

Essa superficialidade favorece a construção de narrativas simples e simplificadas, que representam também que próprio debate público é superficial. De tal forma, Debord (1997) destaca-o como o fim do próprio espaço público substituído pelas imagens. Eleitos os vilões e os heróis, o espetáculo está posto no palco midiático, utilizando o escândalo da corrupção na Petrobras como artifício e ato próprio do espetáculo, com a exposição de prisões e interrogatórios em registros audiovisuais cedidos à imprensa. Souza (2019) aponta patentes omissões dos procuradores federais na coleta de depoimentos nas delações registradas no processo.

Apesar da relutância dos procuradores da Lava Jato, visivelmente constrangidos com a revelação, afinal, ela se referia não ao suposto patrimonialismo do PT ou de Lula, mas à associação de interesses entre a elite do atraso e da propina e ao papel de sua imprensa, de dourar a pílula ao saque das riquezas de todos em benefício de uma meia dúzia de ricos, Emílio Odebrecht só desistiu depois de muito tentar chamar a atenção dos ‘paladinos’ da justiça seletiva (SOUZA, 2019, p. 223).

O trecho destacado pelo autor é apenas uma das muitas outras mostras que ele apresenta para concluir que a grande mídia e a Operação Lava Jato agiram em conluio para normalizar o Estado de exceção praticado e fomentado durante as ações midiáticas dos agentes estatais, legitimados pela cobertura jornalística. Ao se referir à visão de Debord a respeito do que chamou de pseudocomunicação, Cioccarri, Da Silva e Rovida (2018) destacam que os meios de comunicação subordinam-se à lógica de mercado e tornavam-se, eles próprios, mercadorias, especialmente com a produção e o consumo de imagens”. Segundo as autoras, para Debord, os meios de comunicação de massa manifestam, de maneira incontestável, o espetáculo de tal modo que a representação que eles fazem da realidade substituiu a própria vivência das pessoas com relação aos acontecimentos sociais e políticos: “sob o registro lúdico-estético, os fatos-notícias da política são, sobretudo, fatos-*shows*” (GOMES, 2004, *online*). O autor identifica o drama como um dos três subsistemas do entretenimento, que rege a forma de apresentação e distribuição de conteúdo; nesse caso, informativo, ao público, de modo que as pessoas envolvidas nos fatos passam a ser personagens, cujas funções públicas tornam-se papéis com enredo e cenários representados pela mídia.

A sina de Collor de Melo, de herói a vilão, em menos de dois anos de mandato, é uma memória emblemática da vocação da mídia em dramatizar os acontecimentos políticos seja pela lógica mercadológica do entretenimento, seja pela conveniência argumentativa da representação teatral da *mise en scène* política (GOMES, 2004, *online*).

Ao criticar McLuhan pelo tardio reconhecimento dos revezes oportunizados pela pressão dos meios de comunicação de massa, Debord (1997) usa a metáfora da aldeia difundida pelo pensador canadense para destacar quão tacanha e atrasada pode ser essa “aldeia global”. Em seus *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo*, o autor critica o surgimento e o aparecimento repentinos (ou programados) de personalidades. Dessa maneira, destaca que “boatos da mídia e da polícia adquirem de imediato, ou, pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares” (DEBORD, 1997, p. 210).

Seja pela lógica dominante e “gramática” do entretenimento (GOMES, 2018), seja pela infalibilidade da vocação burguesa da imprensa de soprar por sua boca o discurso da “elite do atraso” (SOUZA, 2019), o que se depreende dessas duas



hipóteses é que a superficialidade também serve tanto ao espéculo quanto se serve dele para simplificar a complexidade das relações políticas. O jogo de cena, seja por um motivo ou outro, ou mesmo por ambos, é eficaz na demonstração de que a espetacularização, metaforizada e denunciada por Debord, concretiza-se e ganha *status* de técnica na realização da comunicação de massa, em especial no jornalismo ou no showrnalismo (ARBEX JR, 2001), sínteses carentes de informação e repletas de mecanismos dramáticos ávidos a acionar sentimentos e reações previamente estudadas.

## 2.2 A espetacularização da Lava Jato: retrospectos da cobertura na mídia

De início, destaque para o trecho de decisão<sup>19</sup> do então relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Teori Zavaski<sup>20</sup>, no qual o magistrado enfatiza o que classificou como um espetáculo midiático promovido pelos representantes do MPF, ao apresentar denúncia (peça forma acusatória junto ao Poder Judiciário) divergente das narrativas da denúncia (espetacularizada) para a mídia. Para o ministro, foi flagrante a incompatibilidade entre o que foi exposto à imprensa e aquilo que foi levado ao processo judicial:

Essa espetacularização do episódio não é compatível nem com o que foi objeto da denúncia, nem com a seriedade que se exige na apuração desses fatos. Se houvesse reclamação deveria ser contra esse episódio, não contra o que está nos autos (Trecho do despacho do ministro Teori Zavaski, no Inquérito 3889, no STF).<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Ao negar provimento a recurso num processo da Lava Jato, o ministro Teori foi crítico ao que chamou de "espetáculo midiático", fazendo referência à divulgação de denúncia contra Lula por parte da força-tarefa da Operação Lava Jato. O fato foi noticiado na Agência Brasil, O Globo, Isto É Dinheiro e Migalhas Jurídicas.

<sup>20</sup> O ministro era o relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ou seja, daqueles cujos envolvidos têm foro privilegiado em razão da função que ocupam, como parlamentares federais, ministros de Estado e o presidente da República. Teori Zavaski faleceu em 2015 vítima de um acidente aéreo.

<sup>21</sup> O inquérito 3989 era considerado o principal inquérito da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal. O processo, que após a morte de Zavaski passou a ter como relator o ministro Edson Fachin, foi arquivado após o trânsito em julgado em 1/6/2021, com decisão de rejeição integral da denúncia feita pelo Ministério Público Federal, com base, entre outros argumentos, na aprovação do novo pacote anticrime (Lei 13.964/2019), que proibiu expressamente o recebimento de denúncia com base apenas nas declarações dos colaboradores premiados (vedação aprovada com a modificação do art. 4º, § 16º, da Lei 12.850/2013).

O famoso “*power point*” do procurador federal Deltan Dallagnol<sup>22</sup> e o esforço da mídia para dar um ar revelação bombástica ao espetáculo jurídico-midiático protagonizado pelo então procurador estão registrados em diversas fontes na *internet*. Desse modo, como pontua Dias (2018, p. 115), “as matérias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação assumem – para além da função de informar – o aspecto mercadológico. Para tanto, precisam ser atrativas, envolventes e excepcionais”. Para a autora, a sociedade é regida por valores, como a visibilidade e a espetacularização, de tal modo que esse fenômeno atinge as diferentes instâncias sociais e auxilia na compreensão da forma como os fatos são noticiados pela imprensa. Dias (2018)<sup>23</sup> analisou as coberturas midiáticas sobre a Operação Lava Jato, tendo como *corpus* matérias exibidas pela Rede Globo de Televisão e verificou que os detalhes destacados pelo repórter chamam a atenção e imprimem um caráter espetacular ao acontecimento. Segundo a autora, exatamente, porque o objetivo é chamar a atenção do espectador por meio da dramatização e de especulações sobre os próximos passos da investigação. Essa análise é corroborada por Prates *et al.* (2017, p. 67) ao destacar a cobertura dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Percebemos que o discurso de antecipação cumpre com os requisitos de uma narrativa do espetáculo, pois busca despertar a atenção do leitor dramatizando e inferindo algo antes de acontecer que se desvia dos princípios jornalísticos da objetividade, de narrar a verdade dos fatos sem interferência no andamento dos acontecimentos.

Atuando no papel de defensores do interesse público, os atores da mídia hegemônica se apegaram ao discurso moralista proposto pela Operação Lava Jato agindo em uniformidade editorial com relação aos réus e ao processo:

---

<sup>22</sup> Matéria do *Jornal Eletrônico G1*, do grupo Globo, estampou a manchete de que “Lula era o comandante máximo do esquema da Lava Jato, diz MPF”, no qual, por meio de uma apresentação de *slides*, o procurador da República afirmou que, apesar de não ter as provas, tinha convicção de que o ex-presidente era culpado das acusações que lhe impunha por meio de formas geométricas com o nome de Lula no centro, rodeado por pessoas investigadas, presas ou sob suspeita. Os advogados de Lula ingressaram com reclamação contra o procurador no Conselho Nacional do Ministério Público. Contudo, a denúncia foi arquivada.

<sup>23</sup> Dias (2018, p. 116) selecionou algumas transmissões, observando o tratamento dado pela emissora carioca e considerou diversos elementos, tais como a classificação “(matéria, nota coberta, nota seca, reportagem); duração das matérias; abordagem/temática; construção da narrativa: usos de imagens internas (produzidas pela emissora) e/ou externa (provenientes PF e outras plataformas) e caracterização das matérias (autorreferenciais ou reflexivas); programa e data de exibição”.

No caso das empresas de mídia no Brasil, é um componente essencial da imagem que transmitem aos seus consumidores, o papel de os verdadeiros defensores da democracia, contrapondo-se aos políticos e aos partidos, cuja representatividade é contestada. Há uma simbiose entre a visão da mídia sobre a política e a visão dos setores majoritários da classe média. Não por acaso é a classe média a principal consumidora dos produtos jornalísticos da grande mídia (COELHO; PERSICHETTI, 2018, p. 81).

Coelho e Persichetti (2018) destacam que, no contexto brasileiro, a disseminação social, pela grande mídia, da ideia de que o País estava entregue ao caos e que a culpa de tudo isso seria a corrupção estatal, simbolizada pelo partido que governava o País, sendo também o fio condutor por onde o Golpe de 2016 foi apresentado como a purificação do espaço público. E aprofunda: “As condições para o golpe foram criadas também pela desmoralização da luta dos trabalhadores devido às denúncias de envolvimento com práticas de corrupção de lideranças importantes do Partido dos Trabalhadores” (COELHO; PERSICHETTI, 2018, p. 91).

Nesse sentido, o autor amplia a discussão e corrobora os resultados encontrados na pesquisa de Dias (2018), o *modus operandi* da Lava Jato, com a produção de provas a partir de relatos assinados por pessoas que estavam presas, antes da condenação e que, com a delação, nos termos práticos, seriam premiadas por conta da colaboração premiada. Essas, conforme observado por Coelho e Persichetti (2018), são manifestações incontestes de que os poderes espetaculares concentrados e difusos fundiram-se no poder espetacular integrado, que está disseminado em toda a sociedade. Ou seja, não só o agente estatal utiliza o aparato para a construção da imagem espetacular, mas o próprio público faz parte desse sistema de poder.

Também sobre a atuação da grande mídia na cobertura da operação, Souza (2018, p. 160) menciona os vazamentos seletivos e as ilegalidades cometidas no decorrer da operação, que foram avalizados pela sociedade, por haver um “conluio entre a Rede Globo, à frente da mídia venal, e a Operação Lava Jato [que] conseguiu solapar as bases normativas da vida democrática”.

Segundo Gobbi (2018), que também se debruçou sobre a questão da espetacularização trazida pela agenda do *Jornal Nacional* na cobertura dos casos de corrupção, por meio da análise de 352 notícias relativas à política, constatou que quatro a cada 10 eram relativas à corrupção. Conforme a autora, a Operação Lava Jato, desde 2014, ocupa a maioria desse tempo. Desde sua ligação com membros do PT, a relação com a Petrobras e as delações ganharam um espaço enorme, o que

levou o Partido dos Trabalhadores a ser o principal partido na cobertura jornalística. Esse destaque seletivo ao PT também foi mencionado por Souza (2018). Outro fator relevante nesse contexto está na própria postura dos procuradores da República e do juiz, pois cabe o questionamento se “os operadores tiveram um protagonismo exacerbado a ponto de exercer maior influência sobre o debate público, aproveitando-se do lugar de fontes oficiais” (IJUIM; OLIVEIRA, 2020, p. 233).

Ao elencar diversas outras formas de corrupção, exploração e expropriação da maioria da população em favor de uma elite, Souza (2019, p. 238) destaca que os políticos são coadjuvantes na trama que fortalece o capital e desigualdade em detrimento da democracia e do processo de representação política: “Esse é o assalto e a corrupção real, que a corrupção dos tolos – só dos políticos, como passa na Globo e na revista *Veja* e é percebida na Lava Jato – tem o papel de esconder”.

Assim como os autores já citados, Montalvão (2018 apud COELHO; PERSICHETTI, 2018) e Artico (2019) também destacaram a presença dessa espetacularização da cobertura da Operação Lava Jato, nas eleições presidenciais de 2014, e no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, respectivamente. Ijuim e Oliveira (2020) explicam que há uma tradicional predileção da grande mídia pelo golpismo, sempre retomado sob o manto anticorrupção para causar cisões com governos legitimamente eleitos (MORETZSOHN, 2017 apud IJUIM; OLIVEIRA, 2020). De sorte, esse discurso da mídia hegemônica corroborou para o golpe e para a corrosão da credibilidade dos políticos envolvidos nas denúncias de corrupção. Sem legitimidade política, proliferam “as manifestações de ódio e o flerte com o fascismo” (MORETZSOHN, 2017 apud IJUIM; OLIVEIRA, 2020, p. 230).

No mesmo sentido, Macedo e Coelho (2016), ao analisarem outro veículo da grande mídia, a *Folha de S. Paulo*, encontram, na discussão teórica sobre Mídia, Política e Espetáculo na Operação Lava Jato, elementos como que os que colaboram com a representação de herói feita do juiz Sérgio Moro, a despeito dos “vazamentos seletivos, divulgação de escutas telefônicas, detenções espetaculares, ruptura do segredo de justiça entre outros” (MACEDO; COELHO, 2016, p. 6). Para Ijuim e Oliveira (2020), a grande mídia reivindica um lugar acima de tudo e de todos, colocando-se como porta-voz do conjunto da sociedade, quando, na verdade, atua diretamente na defesa dos interesses privados, como é possível observar com relação à cobertura da Operação Lava Jato.

Conforme destacam os autores, “essa articulação é tão intensa que não se vê uma distinção entre as linhas editoriais dos principais órgãos da mídia e a linha investigativa da Operação Lava Jato” (MACEDO; COELHO, 2016, p. 8), mesmo porque uma das características mais destacadas da Sociedade do Espetáculo é a afirmação e com o fato de que a essa realidade representada é uma construção de que as imagens são a realidade. Campos e Coimbra (2018, p. 102) ao discutirem os conceitos de Goffman e Schwartzenber, destacam a representação da vida social como característica da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que a política é também representada, “comparando o campo político a um espetáculo de teatro, no qual predominam os personagens e os seus papéis

As pesquisas revisitadas corroboram o que destacam Souza (2018, 2019), Ijuim e Oliveira (2019, 2020) com relação à cobertura da operação de modo que a representação feita pela Lava Jato na mídia hegemônica foi espetacular (COELHO; PERSICHETTI, 2018), utilizando recursos de dramaticidade (GOMES, 2004) numa campanha permanente (FERNANDES; ARTICO; DE OLIVEIRA, 2020) contra o sistema político, tendo o foco no antipetismo (SINGER, 2018; SOUZA, 2018). A arena política e suas disposições dramáticas já estavam postas aos acontecimentos que sobreviriam às eleições gerais de 2018.

### 3 MÍDIAS DIGITAIS E O CAMPO POLÍTICO-ELEITORAL

Neste terceiro capítulo, será apresentada a relação entre as mídias digitais e o campo político-eleitoral de modo a demonstrar que a relevância das redes de seguidores em plataformas de compartilhamento de conteúdo, como vídeo, fotos e textos no contexto da comunicação política. Dessa maneira, com a inclusão das redes e suas peculiaridades no jogo de cena da política, propõe-se uma reconfiguração desse campo nas eleições presidenciais de 2018. Com enfoque na rede social *Twitter*, no perfil mantido pelo então presidenciável Jair Bolsonaro, serão analisados os dados coletados na plataforma de forma a categorizá-los para posterior análise, sob a perspectiva de verificar a remediatização da cobertura espetacular feita pela operação, com apelo antipetista, feita pelos *tweets* do presidenciável.

#### 3.1 As redes sociais no campo político e a reconfiguração nas eleições presidenciais de 2018

Após um período de aparente otimismo pelas possibilidades das redes sociais, presentes tanto em Castells (2017) quanto em Gomes (2018), a respeito, especialmente, do e-governo, e-democracia ou outros termos que evidenciam a participação política mais ativa como uma das decorrências da conexão e da interatividade em rede, o Brasil chegou ao período eleitoral de 2018 colhendo resultados bem menos animadores. Como o próprio Castells (2018, p. 19) reconhece mais adiante, noutra obra, uma ruptura, com a crise da democracia liberal, foi o que se seguiu em todo o mundo, com o crescimento da direita e da extrema direita em todos os países:

A essa crise da representação de interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização. Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus.

“A identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, vai sendo substituída por identidades culturais diversas, portadores de sentido para além da política” (CASTELLS, 2018, p. 20). O autor aprofunda sua análise ao descartar que, neste mundo em redes digitais, a comunicação é fragmentada e ambígua, por isso

remetem a emoções pessoais, que são realimentadas como numa estratégia, cujo escopo é a destruição da esperança.

Os controles e censuras tradicionais se desativam, as mensagens de todo tipo formam uma onda bravia e multiforme, os *bots* multiplicam e difundem imagens e frases lapidares aos milhares, e o mundo da pós-verdade, do qual a mídia tradicional acaba participando, transforma a incerteza na única verdade confiável: a minha, a de cada um (CASTELLS, 2018, p. 28).

A didática perversa de Trump fez escola no Brasil. Logo, Jair Bolsonaro foi guindado do baixo clero do Congresso para a condição de “mito, por suas declarações polêmicas em entrevistas jornalísticas, constantemente com ataques aos próprios repórteres e emissoras, travando uma guerra de narrativas e alimentando seu crescente público de seguidores até então. Kakutani (2018) destaca que Trump percebeu que é possível brincar com a realidade e, com isso, enfraquecer e descredibilizar ainda mais as velhas formas de poder. Ao discorrer sobre o estudo feito por Renee DiResta (apud KAKUTANI, 2018, p. 107), Kakutani (2018) destaca que os mecanismos de recomendação ajudam a conectar adeptos de teorias conspiratórias de tal forma que “já termos passado há muito tempo das bolhas e filtros meramente partidários e estarmos agora no mundo das comunidades isoladas que vivem sua própria realidade e de acordo com seus próprios fatos”.

É nesse campo identitário, isolado e onde se precisa da confirmação dos pares para verificação “do lado correto” que se está no jogo político, que os líderes extremistas encontram solo fértil para suas investidas, sem os freios e contrapesos da mídia tradicional e de seus interesses e técnicas persuasivas, posando como antissistema e colocando a rede social como anteparo para uma possível proximidade entre líder e liderados.

Ao destacarem características exacerbadas de si mesmos para chamar a atenção dos (possíveis) eleitores, os candidatos criam uma relação parecida com a de uma celebridade com seus fãs: tais características podem aproximá-los da audiência (ou melhor, podem passar a falsa sensação de proximidade) ao mesmo tempo em que não estão – candidato e audiência – necessariamente no mesmo espectro, seja ele social, ideológico ou cultural (VISCARDI, 2020, p. 1137).

A ilusão causada pela rede dessa dita proximidade faz com que os seguidores (futuros eleitores) pensem estar numa rede próxima, como no grupo de familiares ou de colegas de trabalho, cujo contato com a personalidade admirada está a alguns

cliques, remontando a velha imagética de que os políticos e personalidades da TV, por exemplo, são seres superdotados de inteligência e perspicácia, pela presença sutil, embora conhecida, de assessores que os auxiliam desde as roupas, falas, caras e bocas. Desse modo, essa nova configuração da relação entre política e eleitor, a partir da lógica das redes sociais, foi mais rapidamente percebida pelos políticos da direita, que logo se colocaram como antissistema.

No processo comunicacional, o populismo (e conseqüentemente o neopopulismo) tendem sempre a eliminar o intermediário, construindo um sentimento de ligação direta e de identificação, independente de organizações partidárias complexas e da mediação dos media – ainda que estes também se façam como meio –, em uma ‘representação direta’. As redes sociais *online*, neste contexto, ‘caem como uma luva’, uma vez que permitem que o ‘verdadeiro cidadão’ tenha acesso direto ao líder, ao mesmo tempo em que tudo aquilo que poderia se contradizer ao seu discurso é silenciado na ‘câmara de ar da *internet*’ (MÜLLER, 2017 apud PINHEIRO NETO, 2019, p. 34).

D’Ancona (2018, p. 59) discorre sobre o populismo de Trump e a forma como este utiliza a rede para disseminar informações falsas e contrapor a mídia tradicional a quem acusa exatamente de realizar as práticas, que lhe são usuais em sua comunicação com os eleitores:.

Quanto Trump diz que a ‘mídia NOTÍCIA FALSA’ era ‘inimiga do povo’, ele não estava apenas se apropriando do léxico da autocracia. Ele estava recomendando que os cidadãos norte-americanos se comportassem como jogadores, pegassem seus consoles e mirassem nos vilões que carregavam caderninhos de anotação. É tudo uma questão de escolha de times, intensidade de sentimentos e escalada de insultos. É a política do puro espetáculo.

“O conceito de *fake news* é hoje sinônimo de desinformação, utilizado livremente pelos veículos noticiosos para indicar rumores e notícias falsas que circulam, principalmente, na mídia social” (RECUERO, 2009, p. 32). A autora conceitua de modo a evidenciar que esse modelo de desinformação se ancora nas conexões da rede. E “é sob a lógica de um populismo digital – e raivoso – que são produzidos os *tweets* de Jair Bolsonaro” (VISCARDI, 2020, p. 1.139).. Para o autor, essa violência comunicativa é uma característica do populismo do líder brasileiro. “Com forte viés populista nas posições políticas e nas retóricas e ancorados, fundamentalmente, em estratégias de comunicação por meio de plataformas para



redes sociais” (DE OLIVEIRA AGGIO; CASTRO, 2020, p. 431), cujas reverberações são distribuídas diretamente aos usuários seguidores por meio dessas redes.

Segundo Pinheiro Neto (2019), o *Twitter*, enquanto mídia, permite o acesso retrospectivo de todas as publicações feitas nos períodos analisados. Isso já é possível em outras redes sociais *online*, como *Instagram* e *Facebook*. Outro fator relevante para a escolha do *Twitter* é o limite de caracteres por publicação, posto que essa limitação impõe síntese para a produção do conteúdo. Isso dá para a pesquisa a possibilidade de realizar uma análise mais extensa sobre uma quantidade maior de peças, o que amplia a pesquisa e prestigia seus resultados.

Para seguir a análise do conteúdo da rede social do presidencial, é preciso voltar ao cenário daquela eleição, atípica, como já visto, por diversos fatores, desde o fato de um candidato estar preso (depois a candidatura foi indeferida) até pelo uso, em grade escalada, da *internet* para difusão das mensagens pró e contra as candidaturas postas.

Conforme consta no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram deferidas as candidaturas de Alvaro Fernandes Dias (Podemos), Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos (Patriota), Ciro Ferreira Gomes (PDT), José Maria Eymael (DC), Fernando Haddad (PT), Geraldo José Rodrigues Alckmin (PSDB), Guilherme Castro Boulos (PSOL), Henrique de Campos Meirelles (MDB), Jair Messias Bolsonaro (PSL), João Dionísio Figueira Barreto Amoêdo (NOVO), João Vicente Fontela Goulart (PPL), Marina Osmarina Marina da Silva Vaz e Lima (REDE) e Vera Lúcia Pereira da Silva Salgado (PSTU). Como já dito, a de Lula foi indeferida em decorrência dos processos da Lava Jato, com o então candidato e ex-presidente preso antes e durante o processo eleitoral daquele ano.

Como ocorreu desde a redemocratização, com o fim do regime militar, a televisão, no seu Horário Eleitoral Gratuito, e a mídia tradicional sempre foram os motores da discussão política. Mas, em 2018, isso foi diferente. No primeiro turno das eleições, quando todos os candidatos inscritos e deferidos concorrem entre si por uma das duas vagas para disputa no turno seguinte, a candidatura da chapa Bolsonaro-Mourão teve pouquíssimo tempo de tempo. Cada programa teve uma média de apenas 12 segundos de exibição, uma restrição às possibilidades de compreensão das supostas estratégias do candidato. Fato que não ocorreu no segundo turno daquelas eleições – oportunidade em que os programas de ambos os candidatos passaram a ter cinco minutos de duração cada um.

Nesse quesito, é importante destacar que essa divisão de tempos já é conhecida por todos os políticos e que as estratégias de aliança e composições políticas sempre levaram em conta o dito “tempo de TV” de cada partido político representado pelos postulantes aos cargos em disputa. Como consta na legislação eleitoral, o tempo de cada presidenciável equivale a um cálculo proporcional à representação na Câmara dos Deputados Federais de cada um dos partidos que integram a coligação. Naquele ano, o tempo foi disposto dessa forma:

Quadro 1 – Tempo televisão de cada coligação nas eleições de 2018

<b>Presidenciáveis</b>	<b>Tempo definido pela Justiça Eleitoral</b>
Alvaro Dias (Podemos, PSC, PTC, PRP):	2 blocos diários de 40 segundos cada um + 52 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra de 30 segundos
Cabo Daciolo (Patriota):	2 blocos diários de 8 segundos cada um + 11 inserções no primeiro turno
Ciro Gomes (PDT, Avante)	2 blocos diários de 38 segundos cada um + 50 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra de 30 segundos
Eymael (Democracia Cristã)	2 blocos diários de 8 segundos cada um + 11 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra de 30 segundos
Geraldo Alckmin (PSDB, PRB, PP, PTB, PR, PPS, DEM, PSD, SDD)	2 blocos diários de 5 minutos e 32 segundos cada um + 434 inserções no primeiro turno
Guilherme Boulos (PSOL, PCB)	2 blocos diários de 13 segundos cada um + 17 inserções no primeiro turno
Henrique Meirelles (MDB, PHS)	2 blocos diários de 1 minuto e 55 segundos cada um + 151 inserções no primeiro turno
Jair Bolsonaro (PSL, PRTB)	2 blocos diários de 8 segundos cada um + 11 inserções no primeiro turno
João Amoêdo (Novo)	2 blocos diários de 5 segundos cada um + 7 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra 30 segundos
João Goulart Filho (PPL)	2 blocos diários de 5 segundos cada um + 7 inserções no primeiro turno
Fernando Haddad (PT, PC do B, PROS)	2 blocos diários de 2 minutos e 23 segundos cada um + 188 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra de 30 segundos
Marina Silva (Rede, PV)	2 blocos diários de 21 segundos cada um + 28 inserções no primeiro turno + 1 inserção de sobra de 30 segundos
Vera Lúcia (PSTU)	2 blocos diários de 5 segundos cada um + 7 inserções no primeiro turno

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Em uma publicação dirigida a partidos e coligações políticas para as eleições de 2018, o Tribunal reconhece a importância das mídias sociais no contexto político-eleitoral no País de modo que, a despeito das vedações e permissões da legislação e dos julgamentos da Corte Superior Eleitoral, do uso que os candidatos, partidos e apoiadores fizeram dos mesmos<sup>24</sup>.

A Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017, na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas eleitorais, há uma que modifica radicalmente o *marketing* político na *Internet*, em especial nas redes sociais. Ao longo da última década, a *Internet* vem ganhando cada vez mais importância nas campanhas eleitorais. A cada eleição, a Justiça Eleitoral amplia as possibilidades de uso das plataformas *on-line* para divulgação de candidatos, partidos e campanhas. Com o fim das doações de pessoas jurídicas a candidatos, definido por decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI nº 4650) – ratificada pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 – e com a crescente popularização das mídias sociais, as campanhas *on-line* tendem a ser cada vez mais decisivas (BRASIL, TSE, 2018, *online*).

Já a disposição de exposição das mídias sociais não obedece às regras da propaganda eleitoral gratuita e o número de seguidores e o engajamento destes nas publicações dos perfis das personalidades políticas obedecem à lógica de como esses atores se movimentam nas redes sociais, entre outros artifícios de exposição na mídia convencional, estratégias de propagação, robôs e algoritmos de recomendação. Por isso, antes mesmo do período eleitoral, Jair Bolsonaro já apresentava maior desenvoltura que os demais pré-candidatos. Reportagem do site Poder apontava o então deputado federal com cerca de 1 milhão de seguidores em cada rede.

Diante deste cenário de relevância das redes sociais em mídias digitais e sua utilização pelo campo político nas eleições de 2018, passa-se à análise do conteúdo do perfil do presidencial, cujas publicações desvelarão ou não a hipótese de utilização da espetacular Operação Lava Jato no processo eleitoral em tela. Como será explicitada no subcapítulo seguinte, a análise se deterá ao conteúdo textual das mensagens, sem aprofundamento na utilização de memes<sup>25</sup> ou mesmo às conexões da rede (RECUERO, 2017), como os nós que constituem a rede social (atores sociais,

---

<sup>24</sup> O Supremo Tribunal Federal julgou diversos processos oriundos das eleições de 2018, entre os quais, o que investigou o uso, vedado, de disparo de mensagens em massa pelo *WhatsApp* em favor do candidato Bolsonaro.

<sup>25</sup> Meme é o termo usado para se referir a imagens que costumam ser modificadas para fins de humor, usando referências de ações de um determinado contexto para produzir o humor. O uso do termo foi extraído do livro *O gene egoísta*, de Richard Dawkins, em que um meme é “unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro ou entre locais onde a informação é armazenada” (WIKIPEDIA, 2022).

peças ou grupos na estrutura), embora este estudo seja também imprescindível para ampliar a compreensão sobre o momento político.

Quadro 2 – Número de seguidores dos presidenciáveis nas três principais plataformas<sup>26</sup>

<b>PRESIDENCIÁVEL</b>	<b>Instagram</b>	<b>Twitter</b>	<b>Facebook</b>
Cabo Daciolo (Avante)	638	-	124.197
Cristovam Buarque (PPS)	7,6 mil	773.817	397.497
Eymael (PSDC)	1,2 mil	22.410	11.261
Fernando Collor (PTC)	12,9 mil	28.187	99.827
Fernando Haddad (PT)	19,9 mil	562.360	333.043
Flávio Rocha (PRB)	61,2 mil	22.064	16.145
Geraldo Alckmin (PSDB)	104 mil	978.950	893.702
Guilherme Afif (PSD)	-	9.325	26.393
Guilherme Boulos (Psol)	37,9 mil	33452	605.892
Henrique Meirelles (MDB)	10,3 mil	39.395	117.800
Jair Bolsonaro (PSL)	1 milhão	1.086.148	5.349.474
Jaques Wagner (PT)	19,7 mil	62.329	197.639
Joaquim Barbosa (PSB)	2,3 mil	560.492	-
João Amoêdo (Novo)	34,1 mil	50.413	661.893
João Vicente Goulart (PPL)	599	-	4.105
Levy Fidelix (PRTB)	9,7 mil	20.693	227.248
Lula (PT)	175 mil	286.541	3.332.298
Manuela D'Ávila (PC do B)	111 mil	172.659	585.729
Marina Silva (Rede)	89,8 mil	1.897.275	2.229.107
Michel Temer (MDB)	94,1 mil	95.4915	573.192
Paulo R.de Castro (PSC)	-	-	25.064
Rodrigo Maia (DEM)	6,4 mil	40.066	87.036
Ronaldo Caiado (DEM)	90,7 mil	-	903.164
Rui Costa Pimenta (PCO)	784	3.574	2.417
Suêd Haidar (PMB)	-	123	2.682
Valéria Monteiro (PMN)	-	-	53.488
Álvaro Dias (Pode)	17,1 mil	403.929	1.070.266

Fonte: Site Poder 360.

<sup>26</sup> O site Poder 360 compilou dados desde outubro de 2017 até abril de 2018. Àquela altura do período pré-eleitoral, Bolsonaro só perdia para Marina Silva no número de seguidores no *Twitter*. A líder da Rede Sustentabilidade tinha 1,9 milhão de seguidores contra 1,1 milhão de Bolsonaro (em números arredondados). Grande parte dos seguidores de Marina foi conquistada nas duas disputas presidenciais de que ela participou em 2010 e 2014. A publicação também registrou que, de fevereiro para março daquele ano, Bolsonaro ultrapassou Alckmin em número de seguidores no *Twitter*. O cenário desse quadro também colocava vários nomes, que acabaram não se confirmando na disputa, como opções para o PT, com o iminente impedimento processual de Lula, que seriam Jaques Wagner e Fernando Haddad, o mesmo aconteceu com outros partidos, como MDB, que ainda flertava com a possibilidade de lançar Michael Temer em vez de Henrique Meireles. Na reportagem, tinha-se, implicitamente, o número de seguidores como possível parâmetro para a escolha interna dos partidos. No quadro, o pré-candidato Bolsonaro ainda disputava terreno nessa rede social (*Twitter*), mas já demonstrava grande tendência de crescimento bem acima dos demais.

### 3.2 Análise das narrativas de Jair Bolsonaro na rede social *Twitter* sob a ótica da espetacularização

Seguindo a técnica apresentada por Bardin (2016) para análise de conteúdo, com o objetivo de verificação da utilização da representação espetacular da Operação Lava Jato dos “conceitos” e “premissas” oriundos dessa exposição e das implicações práticas dos fatos jurídicos e políticos que influenciaram diretamente no contexto político analisado, o canal de escolha foi o *Twitter* por meio do API<sup>27</sup>. Foram coletadas todas as publicações feitas no perfil do presidente entre 16 de agosto de 2018 e 28 de outubro de 2018, período em que ocorreram o primeiro e o segundo turno das eleições daquele ano. Foram um total de 801 *tweets* coletados.

“As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico e a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 123). Para isso, seguindo esses polos, o conteúdo analisado foi dividido em três índices principais: A - Publicações diretamente relacionadas ao PT, Lula e à Lava Jato; B - Publicações indiretamente relacionadas ao tema; e C - Publicações protocolares, cumprimentos, agradecimentos e saudações.

Para os fins de maior compreensão da hipótese desta pesquisa, o estudo se deterá à análise dos 192 *tweets*, que integram o primeiro índice (A). Dessa forma, conforme Bardin (2016), será possível analisar o número de palavras presentes ou ocorrências assim como o número total de palavras diversas, que fazem parte do repertório lexical, que o autor do texto utiliza. Tem-se que esse grupo escopo da análise representa cerca de 23,9% do total de publicações, excluindo-se aquelas pertencentes ao terceiro índice (C). Ou seja, as protocolares, as menções diretas ao PT, Lula e Lava Jato, representam 30,6% do total de publicações analisadas.

---

<sup>27</sup> Sigla para o termo em língua inglesa *Application Programming Interfaces*. Segundo o *site* do *Twitter*, as API são a forma como os programas de computador "conversam" entre si para trocar informações. Para isso, permite-se que um aplicativo de *software* acione o que se conhece como terminal: um endereço que corresponde a um tipo específico de informação que fornecemos (terminais são, geralmente, únicos, como números de telefone). Damos acesso a partes do nosso serviço através das API, para permitir que os desenvolvedores criem *softwares*, que se integrem ao *Twitter*, como, por exemplo, uma solução que ajude uma empresa a medir opiniões dos clientes no *Twitter*. Os dados do *Twitter* têm um caráter único de compartilhamento em relação a outras mídias sociais, porque refletem as informações que os usuários escolheram compartilhar publicamente. Nossa plataforma de API permite amplo acesso aos dados públicos do *Twitter*, que os próprios usuários escolheram compartilhar com o mundo. Também, damos suporte à API, que permitem aos usuários gerenciarem suas informações privadas (ex.: Mensagens Diretas) e as compartilharem com os desenvolvedores que eles mesmos autorizaram.

Quadro 3 – Seleção de tweets conforme conteúdo das mensagens

A – Publicações diretamente relacionadas ao PT, Lula e à Lava Jato	192 <i>tweets</i>
B – Publicações indiretamente relacionadas ao tema	434 <i>tweets</i>
C – Publicações protocolares, como cumprimentos, agradecimentos e saudações	175 <i>tweets</i>

Fonte: O autor.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que, mesmo nesses *posts* protocolares, Bolsonaro buscou grande proveito eleitoral, posto que se dedicou, em alguns deles, a cumprimentar e agradecer aos apoiadores anônimos, reforçando a análise sobre a disposição dos líderes nas redes sociais apresentada por Pinheiro Neto (2019) com relação à sensação de proximidade oportunizada pela plataforma de mídia social em rede, nesse caso, o *Twitter*.

Quadro 4 – Exemplo de post que busca proximidade com o seguidor

<i>Tweets</i>	Grupo
@juliouberx Bom Dia Julio! Um abraço na família!	C

Fonte: *Twitter*.

Mas, esses *posts* também se prestam a apresentar algumas personalidades, especialmente nos meios artístico e esportivo que lhe fiaram apoio, a exemplo dos jogadores de futebol Rivaldo e Ronaldinho Gaúcho, do piloto Emerson Fittipaldi e do lutador José Aldo. Regina Duarte, que viria a ser secretária de Cultura do futuro governo, e o também ator Carlos Vereza foram mencionadas em seus encontros com o presidencial. Os apoios declarados de cantores da música sertaneja, como Amado Batista, Sorocaba, Leonardo e Marrone também integram esse grupo.

Quadro 5 – Cumprimentos e agradecimentos chamam atenção a apoio de famosos

<i>Tweets</i>	Grupo
Obrigado pelo apoio @zefelipecantor, Leonardo e amigos! Um forte abraço a todos! <a href="https://t.co/m4SEekNcJL">https://t.co/m4SEekNcJL</a>	C
Abraço, e continue o bom trabalho, moleque! Um abraço Amado Batista e Marrone! <a href="https://t.co/aG5lBehO2">https://t.co/aG5lBehO2</a>	C

Fonte: *Twitter*.

Destaque, ainda, para cumprimentos a Donald Trump, então presidente norte-americano, e a políticos latino-americanos e italianos, evidentemente, de direta. Também, estão nesse grupo os agradecimentos com *links* para vídeos de apoio ao candidato, com imagens de mobilizações, passeadas e carreatas em diversas cidades pelo País. Por outro lado, para os fins desta análise, não foram consideradas protocolares as publicações em que, ao mencionar manifestações de prosélitos, o perfil utilizou imagens (*emoji*) ou a palavra robô por se tratar de uma provocação à denúncia de utilização de *bots* nas redes sociais, logo ressignifica para seu público com a ideia de que tal expediente seria operado por androides diante de computadores a disseminar as informações em favor do presidenciável do PSL.

Quadro 6 – Publicações com ironia em denúncias de uso de bots para disseminar conteúdo

Tweets	GRUPO
<p>... #NasRuasComBolsonaro</p>	B
<p>Robôs em Copacabana! <a href="https://t.co/L78KO5MqVIObrigado">https://t.co/L78KO5MqVIObrigado</a> a todos pela consideração!</p>	B
<p>Mais robôs nas ruas do Brasil! #NasRuasComBolsonaro <a href="https://t.co/3NuxxV8AL2">https://t.co/3NuxxV8AL2</a></p>	B

Fonte: *Twitter*.

Como visto em diversas discussões já mencionadas, o antipetismo, a Operação Lava Jato e o tema corrupção foram as grandes questões políticas desse período de modo que aquele grupo de mensagens selecionadas que não fazem menção direta ao escopo desta pesquisa (Grupo B) contém, como não poderia deixar de ser, referências indiretas, até mesmo pela própria característica da narrativa de Bolsonaro, antissistema, anti-PT; ou seja, um discurso desconstrutor e agressivo. Até mesmo naquilo que apresenta como proposta, mantém tom patrimonialista, que se espria pela política nacional desde a reação paulista ao trabalhismo de Vargas (SOUZA, 2019).

Quadro 7 – *Twitter* com exemplo do uso do discurso antipetista e anticorrupção

<b>Tweets</b>	<b>Data</b>
Ninguém entende melhor os problemas de uma região do que seu próprio povo, por isso vamos descentralizar os recursos e dar mais autonomia financeira aos estados e municípios. Além da melhor aplicabilidade, a medida facilita a fiscalização e o combate à corrupção de perto. BR	B

Fonte: *Twitter*.

Ou ainda, com raízes narrativas bem próximas do Integralismo Brasileiro difundido por Plínio Salgado<sup>28</sup> no período entreguerras, flertou com o fascismo italiano.

Quadro 8 – Exemplo de *tweet* com saudação que remete ao integralismo

<b>Tweets</b>	<b>Grupo</b>
Momento de resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas; de resgarmos nosso direito de ir e vir; Falta pouco para darmos o primeiro passo em direção à grandeza! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!	B

Fonte: *Twitter*.

Noutro *tweet*, o perfil do presidenciável se refere ao adversário de maneira jocosa, para, então, direcionar o público com o *link* de uma notícia publicada pelo Portal R7, do Grupo Record, que tratava do fato de que, à época, fazia dois anos, Haddad respondia à ação por desvio de dinheiro público, na qual o ex-prefeito de São Paulo foi acusado de improbidade administrativa na gestão do Theatro Municipal de São Paulo. O Ministério Público pediu a devolução de R\$ 129 milhões<sup>29</sup> e a notícia estampou os jornais, em 2016, véspera da eleição perdida pelo petista na Prefeitura de São Paulo, e, em 2018, por conta das eleições presidenciais. Mais uma vez, a ironia, ao reportar-se ao candidato petista pelo nome “Andrade”, numa alusão ao fato

<sup>28</sup> André Singer, Christian Dunker, Cicero Araújo, Laura Carvalho, Leda Paulani, Ruy Braga e Vladimir Safatle publicaram na *Folha de S. Paulo*, na seção Ilustríssima, de 9/6/2020, artigo no qual comparam bolsonarismo ao movimento integralista da década de 1930: “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira?”

<sup>29</sup> Nota do autor: o processo de improbidade administrativa contra Haddad ainda não chegou ao fim. Contudo, ele foi processado pelo promotor autor da ação por ter feito denúncia de suposto pedido de propina pelo membro do MP paulista nas obras de um estádio para a Copa do Mundo, fato após o qual o promotor de Justiça passou a ingressar com ações contra o prefeito no Judiciário. Neste caso em que o promotor pedia reparação do dano moral, Haddad foi absolvido.



de que parte da população, especialmente a com menos acesso à informação, tinha dificuldade para pronunciar corretamente o nome do candidato petista. Dificuldade semelhante foi enfrentada por Geraldo Alckmin, então candidato a presidente pelo PSDB, que teve de adotar apenas “Geraldo”, em função da dificuldade de pronúncia do seu sobrenome.

Quadro 9 – *Twitter* mostra ironia com o candidato petista

<b>Tweets</b>	<b>Grupo</b>
Mais uma curiosidade sobre o Andrade (PT), aquele que recebe ordens de dentro da prisão! <a href="https://t.co/zxNEUhSIOB">https://t.co/zxNEUhSIOB</a>	A

Fonte: *Twitter*.

Ou mesmo pelo fato de se referir ao candidato petista pelo termo de “marmitta de presidiário”, alcunha sexista, misógina, preconceituosa e violenta por meio da qual setores do conservadorismo e no meio da segurança pública se referem às mulheres que vão aos presídios para fazer visitas íntimas. Haddad, na condição de advogado habilitado para a defesa do ex-presidente bem como evidentemente para conversas políticas com relação ao processo eleitoral em curso foi, algumas vezes, ao cárcere de Lula. Nesse caso, “marmitta de presidiário” também denota, além do despreço pela mulher, a posição homofóbica da colocação, insinuada entre dois homens, que se evidencia pela violência verbal com que o presidenciável se comunicou (e continua a fazer) com seu público, por meio de pílulas de desinformação, distribuídas aos seguidores com ainda mais superficialidade do que a mídia *mainstream*.

Quadro 10 – *Posts* no perfil do presidenciável são *retweets* do perfil do filho

<b>Tweets</b>	<b>Grupo</b>
RT @CarlosBolsonaro: Os canalhas da mídia e internet ignoram que um ex-membro do PSOL tentou assassinar Bolsonaro há pouco mais de um mês e sobreviveu por milagre e não mencionam que o marmitta de corrupto preso pediu uma semana de afastamento da Prefeitura de São Paulo por estar com uma rinite!	A
RT @CarlosBolsonaro: O que é que este camaleão marmitta do presidiário corrupto está tramando ao insistir nessa história de fake news? Ele e seus comparsas são os maiores propagadores de tais! Que interesses escusos estão por trás de insistir nesta tecla?	A

Fonte: *Twitter*.

Antes, contudo, de se deter mais profundamente nos *tweets* do Grupo A, de modo geral, cabe mencionar a ocorrência de determinadas palavras.

Quadro 11 – Ocorrência de palavras no total de *tweets* no período

Palavras	Ocorrência (nº de vezes)
Brasil, Pátria, país, brasileiro(a)	214
Bolsonaro	169
PT, esquerda, socialista	98
Corrupção, corrupto	57
Lula, presidiário, condenado	44
Haddad, Andrade, marmita	29
Família	26
Deus	24
Fake news, fake, fakenews	18
Liberdade	17
Independência, independente	16
Atentado, facada	14
Lava Jato	11
Ditadura	11
Proposta	11
Esquema	5
Quadrilha	5
Honesto	2
Moro	1
Integração	0
Harmonia	0

Fonte: Iramuteq.

As expressões mais utilizadas remetem ao mote “neointegralista”<sup>30</sup> de Bolsonaro, “Deus, Pátria e Família”, que ocorrem em grande número: 24, 26 e 214, respectivamente, de modo que a narrativa nacionalista está presente também no conjunto de publicações do período. Da mesma forma, o personalismo, com a palavra Bolsonaro sendo a segunda mais utilizada no conjunto de publicações, conforme

<sup>30</sup> Termo empregado por nós para nos referirmos ao discurso assemelhado ao pregado pelo movimento, que ficou conhecido como Integralismo Brasileiro conforme os autores já citados anteriormente.

Muller (2017 apud MOTTA, 2019) assim como pela própria característica da rede, posto que a palavra “Bolsonaro” direcionava também para as *hashtags* para indexação do conteúdo publicado pelos apoiadores na rede social.

Observação também para as palavras “harmonia” e “integração”, que não foram registradas no *corpus*. Segundo Bardin (2016), a ausência de elementos (relativa à certa provisão) pode, em alguns casos, veicular um sentido. Nesse caso, a análise dá conta de que os significados dessas palavras não coadunam com as narrativas destrutivas (antissistema e antipetista) empregados pelo candidato, num claro aproveitamento do sistema de representações feito pela mídia hegemônica com relação à Operação Lava Jato.

A ocorrência das palavras elencadas no Quadro 11 foram selecionadas a partir da pertinência e representatividade delas com relação ao tema pesquisada. Desse modo, a frequência dos termos selecionados denotam que “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de sua aparição” (BARDIN, 2016, p. 138).

A palavra “ditadura”, com 11 ocorrências, não é utilizada em nenhuma das vezes para se referir ao período do regime militar no Brasil, mas para se dirigir a regimes de outros países, como Venezuela e Cuba, os quais são apresentados como uma ameaça à democracia e um retrato de algo do que deu errado devido à ideologia de esquerda, conforme direcionam as publicações do perfil do presidencial durante o período analisado.

Outro termo utilizado pelo perfil é “fake news”, sempre se referindo a alguma notícia negativa à candidatura divulgada pela imprensa ou mesmo ao próprio PT, adversário na disputa. O termo, como já visto, também foi bastante utilizado pelo ex-presidente Donald Trump, nas duas disputadas presidenciais de que participou no Estados Unidos da América, apesar de ter sido ele, ao menos naquela disputa em que venceu, o maior beneficiado de notícias falsas divulgadas sobre seus adversários e que foram recepcionadas nas bolhas dos eleitores republicanos como se fossem verdades absolutas, conforme apontam Kakutani (2018) e D’Ancona (2018). Assim como o político norte-americano, o perfil de Bolsonaro também se arvorou a determinar o que seria ou não verdadeiro ou *fake*, ao acusar o petismo, a imprensa de falsear sobre sua vida ou posições, como na cartilha apresentada no *Jornal Nacional pelo* então presidencial como sendo uma suposta “prova” da existência do “kit gay”, que houvera sido criado pelo então ministro Fernando Haddad para suposta

distribuição a crianças nas escolas públicas de todo o País. Apesar de não incluir a expressão *fake news* especificamente nessa publicação, o próprio conteúdo e o contexto no qual se deu a apresentação dessa questão (após conturbada entrevista no *Jornal Nacional*), são, em si, uma notícia falsa.

Quadro 12 – Posts no perfil do presidencialista relacionados à *fake news*

<b>Tweets</b>	<b>Grupo</b>
Para o PT não se trata só de uma eleição, mas de impedir que uma quadrilha seja desmontada pelos brasileiros. Podem checar! Não é fake, é FATO!	A
O PT não está sendo prejudicado por fake news, mas pela VERDADE. Roubaram o dinheiro da população, foram presos, afrontaram a justiça, desrespeitaram as famílias e mergulharam o país na violência e no caos. Os brasileiros sentiram tudo isso na pele, não tem mais como enganá-los!	A
RT @BolsonaroSP: BOLSONARO E NOSSA SENHORA APARECIDA, MAIS UMA FAKE NEWS Circula no whatsapp q eu e JB teríamos apoiado o PL 2623/07 q tiraria N. Sra. Aparecida do posto de padroeira do Brasil. Mentira! Em 2007 nem deputado eu era, só para começar essa "estória" sem pé nem cabeça. <a href="https://t.co/fXnSCcik3f">https://t.co/fXnSCcik3f</a>	A
Um dos livros que ensinam sexo para crianças nas escolas que a Globo não quis mostrar! <a href="https://t.co/DbwCzUhWJN">https://t.co/DbwCzUhWJN</a>	B

Fonte: *Twitter*.

Já as palavras “liberdade” e “independência” são empregadas no sentido de um desejo reprimido pelo governo petista (que já havia sido deposto) e cujo retorno representaria um risco à liberdade em oposição àquilo que supostamente representaria a eleição do candidato do Partido Social Liberal para o cargo de chefe do Poder Executivo brasileiro nas eleições de 2018.

Quadro 13 – Posts no perfil de Jair Bolsonaro com referência a ameaça à liberdade

<b>Tweets</b>	<b>Grupo</b>
A Operação Lava-Jato, a liberdade da mídia e da internet, desfazendo boatos e nosso estado de saúde! “Juntos, impediremos que o Brasil se torne uma Venezuela como querem os partidos de esquerda!” <a href="https://t.co/CBrzCJsRWQ">https://t.co/CBrzCJsRWQ</a>	A

Fonte: *Twitter*.

Também destacadas no Quadro 13, as palavras “esquema” e “quadrilha” são utilizadas para referência aos adversários assim como o termo Lava Jato com 11 registros diretos, os quais serão analisados mais aprofundadamente no tópico seguinte.

### 3.3 Análise de conteúdo

Com base no total de *tweets* coletados por meio da *API Twitter*, foram selecionados os 192 textos, que remetem direta e indiretamente aos termos “Lava Jato”, “PT”, “Lula” e “corrupção”, com os fins de que o *corpus* da análise se presta à possibilidade de responder às hipóteses de reaproveitamento do discurso espetacular com a mídia tradicional, que representou a Operação Lava Jato nas eleições de outubro de 2018 no Brasil.

O universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à constituição de um corpus. O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras (BARDIN, 2016, p. 126).

Esses dados foram analisados a partir do *software* Iramuteq, para utilização da metodologia de análise de conteúdo automatizado, para a classificação das categorias, representadas por cores geradas automaticamente pelo Iramuteq. Nesse contexto, o termo Operação Lava Jato é diretamente citado em duas dessas categorias. Todavia, notadamente, elas representam a maior parte do conteúdo analisado dos *tweets* classificados pela ferramenta embora em todas as categorias também seja possível encontrar elementos relacionadas à narrativa divulgada pela mídia tradicional com relação à operação da Justiça Federal no Paraná.

A análise de conteúdo foi adotada, diante das diversas formas de análise, pois, como pontua Bardin (2016), esse método permite o estudo do espaço digital por meio de uma abordagem ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa. A análise se compõe de três etapas: codificação de dados, categorização e inferências.

Antes, porém, outros dados fornecidos pelo *software* dão dimensão da utilização de termos, que remetem à Operação Lava Jato e às decorrências públicas das acusações e condenações que foram noticiadas de forma, como já visto,

espetacular pela mídia hegemônica: a ocorrência de palavras no *corpus* analisado (192 *tweets*), assim como a coocorrência nas frases com menção textual à operação.

Quadro 14 – Ocorrências de palavras dentre 192 *tweets*

Palavra	Número de ocorrências
ptnã	3
bolsonaro	31
liberdade	10
brasileiro	18
venezuela	7
Lula	8
criminoso	10
Marmita	4
presidiário	9
candidato	12
venezuelano	8
Ditadura	11
Mais	45
Maior	14
Brasil	52
Não	68
operação_lava_jato	10
Partido	14
Agora	11
País	18
Corrupto	29
Pt	67
impunidade	4
Fake	7
Governo	21
Dinheiro	10
corrupção	22
Cadeia	19
imprensa	9
Mentira	20
fakenews	4
presidente	11
carlosbolsonaro	14
mensalão	6
democracia	11
Haddad	17
Preso	23
Mídia	12
Espalhar	12

Fonte: *Iramuteq*.

Segundo Bardin (2016), a análise das coocorrências visa à extração do texto das relações entre elementos da mensagem. Com isso, é possível, em outras palavras, assinalar as presenças simultâneas (coocorrência ou relação de associação) “de dois elementos na mesma unidade de contexto, isto é, num fragmento de mensagem previamente definido” (BARDIN, 2016, p. 248). Nesse sentido, as coocorrências mais presentes são dos termos “Lava Jato” e “PT” (ou Partido dos Trabalhadores), com cinco ocorrências. Ou seja, metade das vezes em que o perfil do presidencialista fez menção textual à operação, essa frase continha também a citação ao PT. A estratégia, como já dito anteriormente, passou pela ligação da operação com o partido, tendo a coocorrência registrada corroborado para essa constatação.

Quadro 15 – Menções textuais à operação Lava Jato

<b>Tweets que citam diretamente a Operação Lava Jato</b>
Bolsonaro e Haddad citados na <b>Lava-Jato</b> . Tirem suas conclusões! <a href="https://t.co/j0NNyDFz5O">https://t.co/j0NNyDFz5O</a>
Falamos em combater os bandidos vermelhos baseado no próprio curso das investigações da Polícia Federal e <b>Lava-Jato</b> e houve uma grande histeria por parte do PT. Ao que parece a carapuça serviu mais uma vez!
RT @leandroruschel: Então o pai da "jornalista" que o PT utilizou para atacar Bolsonaro naquela matéria ridícula do Whatsapp está envolvido na <b>Lava Jato</b> ? Segundo Odebrecht, a revista do sujeito recebeu grana da empresa a mando da quadrilha petista. Quem poderia imaginar uma coisa dessas? 🤔
Analise as propostas de cada candidato em seus planos de governo e tire você as conclusões do que é melhor para nosso Brasil. Quadro 1: IMPRENSA E OPERAÇÃO <b>LAVA-JATO</b> : <a href="https://t.co/pOiou2A96c">https://t.co/pOiou2A96c</a>
RT @reaconaria: Haddad responde a 32 processos, que vão do recebimento de dinheiro da <b>Lava Jato</b> a denúncias por improbidade administrativa e superfaturamento de obras
O Partido dos Trabalhadores financiou ditaduras via BNDES; anulou o legislativo no mensalão; tem tesoureiros, marketeiros e ex-presidente na cadeia por corrupção; quer acabar com a <b>Lava Jato</b> , além de controlar a mídia e internet. Se alguém ameaça a democracia, esse alguém é o PT!
A Operação <b>Lava-Jato</b> , a liberdade da mídia e da internet, desfazendo boatos e nosso estado de saúde! “Juntos, impediremos que o Brasil se torne uma Venezuela como querem os partidos de esquerda!” <a href="https://t.co/CBrzCJsRWQ">https://t.co/CBrzCJsRWQ</a>
Não permitiremos que controlem a mídia e a internet e que acabem com a <b>Lava Jato</b> . Nosso país não merece ser governado de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos mascarados como opções, mas com a mesma essência que nos destrói. Vamos juntos impedir que destruam o Brasil.
O próximo passo dessa facção, assim como de suas linhas auxiliares, será soltar seu líder bandido e torná-lo ministro para obstruir a justiça, outro poder que eles não respeitam. O PT representa o fim da <b>lava jato</b> e a volta dos esquemas que ameaçam a democracia!
Apoiar a <b>Lava Jato</b> é fundamental no combate à corrupção no Brasil. O fim da impunidade é uma das frentes que estanca o problema, outra é atacar a corrupção na sua raiz, pondo fim nas indicações políticas do governo em troca de apoio. Nós temos a independência necessária para tal!

Fonte: *Twitter*

Nota: grifos nossos.



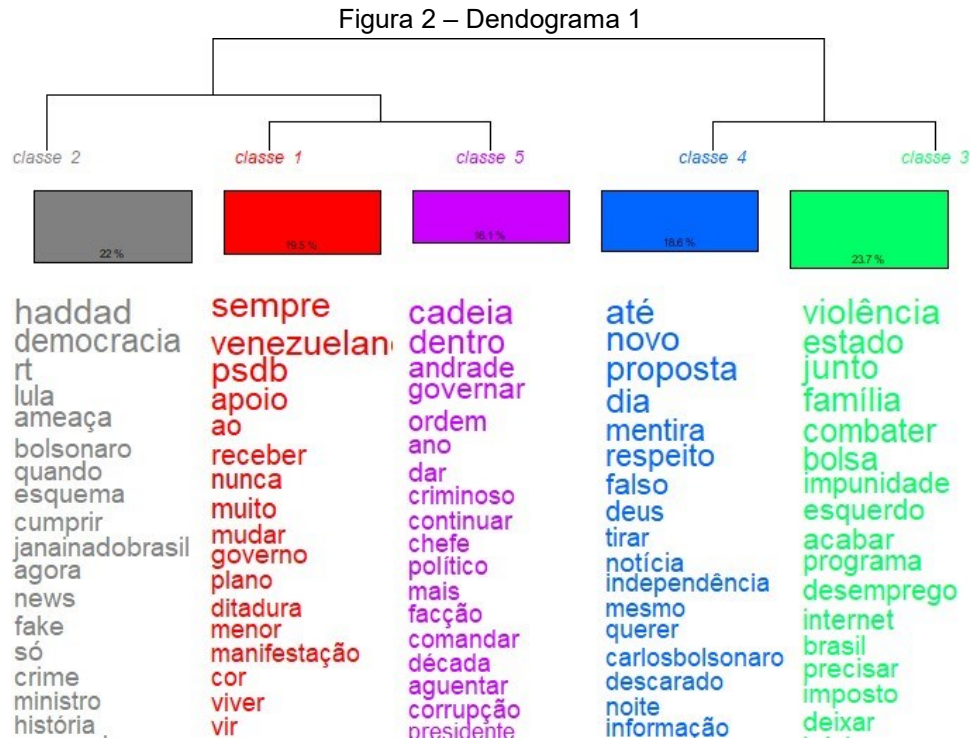


Iramuteq, que permite a utilização de um grupo de tratamento de dados do R, o qual possibilitou a construção de um dendograma, que contabilizou a recorrência semântica do texto.

O *corpus* do texto foi classificado pelo algoritmo de Reinert (1990), também conhecido por Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com a finalidade de ampliar a compreensão da ocorrência das palavras. Conforme destaca Fernandes *et al.* (2022, p. 22), “o método Reinert produz *clusters* a partir da proximidade entre os termos”. Aderindo ao que explica Cervi (2018), Fernandes *et al.* (2022) pontuam que o algoritmo de Reinert teve inspiração em propostas de Benzécri (1992) para análise léxica, o que resulta na apresentação das leis de distribuição de vocábulos em um *corpus* textual qualquer: “Incorporado pela interface do pacote estatístico R para análise textual, o Iramuteq absorveu o algoritmo de análise por CHD e manteve o nome do autor da teoria” (FERNANDES *et al.*, 2022).

A utilização dessa metodologia exclui a subjetividade da técnica de análise de conteúdo, pois conta com a menor interferência possível do pesquisador na categorização textual: “Busca-se de saída, no próprio *corpus* empírico, através do uso do algoritmo de Reinert, a identificação dos termos que mais aparecem e que se aproximam entre si nos textos e, portanto, formam classes de termos com homogeneidade interna” (CERVI, 2018, p. 8).

Procedeu-se, então, à análise automatizada com o objetivo de identificar a quantidade de *clusters* para o conjunto total de 192 *tweets*, dentre aqueles separados no período eleitoral de 2018, para que, dessa forma, fosse possível a identificação de categorias, nas quais estivessem demonstradas as publicações, as quais abrigavam ataques aos adversários, pautas ideológicas e propostas e expressões típicas do jogo eleitoral, dividindo-as a partir dessas identificações automatizadas. Como resultado, o dendograma 1 (Figura 2) mostra a formação de cinco categorias, as quais o *software* nomeou como classes, divididas por cores, que serão, posteriormente, detalhadas pela pesquisa.



Fonte: Iramuteq.

Conforme a participação percentual de cada classe no total de textos, tem-se que as classes indicam que as classes 1, 2 e 3 são as maiores, com 19,5%, 22%, e 23,7%, respectivamente, dos termos válidos, sendo seguidas pelas classes 4, com 18,6%, e 5, com 16,1%. A classe 1, destacada na coloração vermelha, apresenta maior frequência das palavras venezuelano, PSDB, mudar, ditadura, plano, governo, sempre, nunca e etc. e evoca termos que se associam à suposta utilização ideológica do Estado Brasileiro para financiar regimes comunistas, aliando ao “esquerdismo” do Governo a causa das mazelas enfrentadas pela população brasileira.

Na mesma linha, a classe 2, destacada na cor preta, que mantém o mesmo tom agressivo, apresenta maior frequência das palavras Haddad, ameaça, Bolsonaro, esquema, *fake*, ministro, Lula e democracia. Com tons de ironia, nessa classe, há direcionamento dos ataques verbais diretamente aos adversários, em especial Fernando Haddad e a Lula, aos quais se referem por outros termos, como já fora mencionado, com apoio na narrativa da Operação Lava Jato.

Na classe 3, que foi categorizada com a cor verde, as principais ocorrências são das palavras violência, estado, junto, família, combater, impunidade, programa, desemprego, *internet*, imposto e deixar entre outras. De igual forma, as propostas para um futuro governo e promessas relacionadas a pautas conservadoras são alinhavadas por meio de insultos e ironias, com clara alusão a escândalos de

corrupção, como o mensalão e a Operação Lava Jato (Petrolão).

Na classe 4, cujas palavras foram destacadas na cor azul, há registro de maior frequência das palavras novo, proposta, dia, mentira, respeito, independência, Deus e notícia, as quais estão ligadas ao contexto eleitoral e à lógica da disputa pela preferência do eleitor.

Já a última das classes identificadas pelo algoritmo, a de número 5, que tem a cor das palavras em roxo, concentra críticas aos governos petistas e aos problemas sociais do País, com frequência mais acentuada das palavras cadeia, Andrade, governar, facção, corrupção, década, ordem e criminoso. Mais uma vez, as palavras destacam que a utilização da narrativa hegemônica com relação à Operação Lava Jato prevalece.

Como ressaltam Fernandes *et al.* (2022), o método Reinert indica as classes e as palavras que mais aparecem em um *cluster*, exibindo quais termos são específicos de cada grupo a partir da estatística de  $\chi^2$  de Pearson. Segundo Cervi (2018), é esse método que mensura se a presença de um termo em um *cluster* é estatisticamente diferente da presença do mesmo termo em outros *clusters*. “Assim, nas construções de categorias analíticas construídas pelo Reinert foram classificadas as estatísticas de  $\chi^2$  de Pearson, o número de ocorrência dos termos e a nomeação de cada categoria” (FERNANDES *et al.*, 2022).

Já os nomes das categorias foram definidos a partir da análise do conjunto de termos representados em cada classe, pelo autor, com base na categorização feita pelo algoritmo, para identificação dos termos mais significativos em cada uma das classes.

Quadro 16 – Nomeação das categorias por termos

	Classe 2	Classe 1	Classe 5	Classe 4	Classe 3
Termos com $\chi^2$ de Pearson (termos significativos por classes)	Haddad Democracia Lula Ameaça Esquema Crime Ministro Agora	Sempre Venezuela PSDB Ditadura Mudar Governo Viver Apoio	Cadeia Andrade Governar Facção Corrupção Década Ordem Criminoso	Novo Proposta Dia Mentira Respeito Independência Deus Notícia	Violência Estado Família Combater Desemprego Internet Brasil Imposto
% de ocorrência	22%	19,5%	16,1%	18,6%	23,7%
Nome concedido às categorias	Ataque – confronto com adversários	Ataque – com vieses ideológicos	Ataque – críticas aos governos petistas	Ataques – cotidiano eleitoral	Ataques - propostas e promessas

Fonte: O autor.

### 3.4 Interpretação dos resultados

Para a interpretação dos resultados, o conteúdo dos *tweets* foi examinado sob a ótica da espetacularização a partir da classificação temática definida nas fases anteriores.

A primeira classe analisada (Classe 3) compreende o conjunto de *tweets*, que contém ataques, identificados, em grande parte, com vieses ideológicos, especialmente ligando o PT e o adversário Fernando Haddad ao comunismo, ao que chamam de “esquerdopatas” num neologismo, que tenta vincular o pensamento tido como de esquerda ao banditismo e à corrupção política. Dessa forma, 19,5% dos temas válidos foram categorizados nesse conjunto de menções diretas e indiretas à Operação Lava Jato.

Haddad diz que sou responsável pela campanha mais baixa da história. Logo ele, que é orientado por um presidiário, esconde as cores do partido, finge ser religioso, joga Bíblia no lixo, esconde apoio à ditadura venezuelana e espalha um monte de porcaria mentirosa ao meu respeito.

Esse trecho reforça uma conotação comumente presente no conjunto de publicações analisadas: manter os membros da sua comunidade animados, pois, para muitos, como destaca Kakutani (2018), é como se a polarização política representasse as disputas por equipes esportivas, como no futebol americano, no caso dos Estados Unidos, e do futebol, no Brasil. O público de Bolsonaro, a exemplo do Trump, depende dessa comunidade isolada de conhecimento, na qual as redes sociais são pilar para a transmissão de perspectivas hiperpartidárias e, também, como reforço para as visões de mundo em comum dos usuários. Ao mesmo tempo, essa condição reforça o despreço pela mídia tradicional, que poderia questionar os preconceitos presentes em discursos desse tipo.

Como destaca Souza (2019), como o PT abriu mão de contar a história da Operação Lava Jato à população, a versão da mídia, que fora reaproveitada nessas publicações do presidencial, dá conta de que essa lacuna interpretativa dos fatos favoreceu a criação de uma espécie de consenso com relação à “roubalheira só do PT”, como salienta em diversas vezes o autor:

O PT agora tenta jogar católicos e evangélicos uns contra os outros. Essa divisão ofende várias famílias que, assim como a minha, são formadas por diferentes vertentes. Não conseguirão! Estamos todos unidos contra a inversão de valores que impera há anos e que destrói nosso país!

Na base do “nós contra eles”, essa visão tão marcante de incitação ao ódio e medo aos políticos identificados como de esquerda, notadamente, o PT, é ainda remanescente do período da Ditadura Militar no Brasil. Coelho e Persichetti (2018) destacam que essa mesma refeita já fora utilizada durante o Golpe de 2016, numa repetição dos discursos justificativos para o Golpe de 1964. Como pontua o autor, “situada entre as classes trabalhadoras e a burguesia, a classe média é bastante suscetível aos apelos de defesa da moralidade pública” (COELHO; PERSICHETTI, 2018, p. 87).

Esse discurso do medo, impregnado no noticiário policial de grande audiência no País, é dos atributos do poder espetacular concentrado e utilizado pelas publicações do presidencial. “- Página 33 do Plano de governo do PT: reduzir a massa carcerária do Brasil através de liberação de presidiários: <https://t.co/1xkDxLkmoR>”. Esse *tweet* é mais um exemplo da agressividade verbal e do constante estado de alerta a que se propõe a comunicação político-eleitoral do presidencial Jair Bolsonaro.

Na classe 2, na qual estão categorizados os *tweets* de ataque, os confrontos com os adversários representam 22% dos termos válidos segundo a metodologia aplicada. Nesse grupo, destacam-se publicações do tipo “RT @reaconaria: Haddad responde a 32 processos, que vão do recebimento de dinheiro da Lava Jato a denúncias por improbidade administrativa e superfaturamento de obras”. Mais uma vez, há recorrência direta à Operação como fiança à desonestidade dos adversários (e de quebra à honestidade do candidato). Essa categoria, ou classe de publicações, atua por meio da própria lógica eleitoral de confronto e adversidade na disputa pela preferência do eleitoral. Contudo, esses ataques estão alicerçados nos supostos consensos construídos pela cobertura da mídia tradicional à Operação Lava Jato, como denota a publicação reproduzida anteriormente.

Em outras publicações – como esta: “RT @CarlosBolsonaro: Os canalhas da mídia e *internet* ignoram que um ex-membro do PSOL tentou assassinar Bolsonaro há pouco mais de um mês e sobreviveu por milagre e não mencionam que o marmitta de corrupto preso pediu uma semana de afastamento da Prefeitura de São Paulo por

estar com uma rinite!” –, o perfil do candidato busca estabelecer uma ligação entre o suposto atentado sofrido pelo presidente (a facada na barriga ocorrida na cidade de Juiz de Fora/MG) e o adversário, Fernando Haddad.

Na perspectiva de Coelho e Persichetti (2018), o discurso do medo (que ocasiona a mentalidade de sobrevivência) é um dos elementos desse momento histórico, quando há o predomínio das imagens sobre as relações sociais, em que a difusão do sentimento de insegurança é dos fatores mais latentes. Exemplo dessa utilização é outro *tweet* desse grupo:

RT @CarlosBolsonaro: O PT quer soltar bandidos da cadeia, o PSOL defende terroristas como Cesare Battisti e inclusive um de seus ex-membros tentou assassinar Bolsonaro. O jargão de 'só o amor combate o ódio' só serve quando a vítima é o cidadão de bem! Estes partidos têm um lado e jamais foi o seu!

Há, nesse *tweet*, novo apelo ao discurso de medo, característica do poder espetacular difuso.

Nesse cenário, Fernandes *et al.* (2022, online) destacam que “toda a campanha de Bolsonaro nas eleições de 2018 se constituiu sob a figura de um político *outsider*, avesso à corrupção, aos comunistas e à esquerda petista”. Como relembram os autores, a operação do MPF, PF e Justiça Federal teve o Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupa o espectro da esquerda brasileira, como principal acusado de ter seus integrantes em esquemas de corrupção durante o exercício político. Ou seja, o petismo se tornou sinônimo de imoralidade e negatividade, algo que Jair Bolsonaro soube coordenar em suas falas, com o estabelecimento de relação entre o cidadão de bem e a pessoa com preferência política à direita: “Na retórica eleitoral e populista de Bolsonaro, o discurso anti-*establishment* se converteu nas figuras do PT e dos representantes da esquerda e do comunismo” Fernandes *et al.* (2022, online).

No terceiro grupo de palavras, as da classe 1, estão listados os *tweets* que representam ataques com críticas aos governos petistas. “Vamos colocar um fim na roubalheira do PT! Lembrem-se: nosso país não é uma facção criminosa para ser governado de dentro da cadeia!” é um dos *tweets* selecionados, no qual fica claro a alusão à Operação Lava Jato na medida em que atribui “a roubalheira” apenas ao PT e destaca o fato de que o ex-presidente Lula se encontrava preso na Superintendência da Polícia Federal, no Paraná.

Mensalão, Petrolão; mais de 60 mil assassinatos e 50 mil estupros por ano; apoio às ditaduras venezuelana e cubana; ex-presidente, tesoureiros, ministros, parlamentares, marketeiros, presos e investigados por corrupção... quem precisa de Fake News quando se tem esses fatos?

Nesse outro *tweet*, o perfil do presidencialável reúne uma série de temas, relacionando-os de maneira direta aos governos petistas, novamente em reforço ao “perigo” do comunismo, das ditaduras na Venezuela e em Cuba e de problemas sociais, como a criminalidade, com altos índices de homicídios, e a violência sexual contra as mulheres brasileiras.

“Falam em desigualdade de salários entre homens e mulheres e querem colocar isso na minha conta, mesmo defendendo a igualdade já prevista em lei. O PT governa o Brasil há quase 15 anos. Por que não resolveram esse problema?”, dispara o presidencialável, numa publicação que recoloca o PT no governo, como parte do problema atual, apesar de o partido já ter sido defenestrado do Planalto em 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, do qual o próprio Bolsonaro participou, em votação na qual fez homenagem ao oficial do Exército Brilhante Ustra, acusado de ser um dos líderes de torturas durante o período de exceção democrática no Brasil.

Os males e prejuízos da corrupção atingem a população de todas as formas. É ela que fica sem leito no hospital, sem segurança nas ruas e sem dinheiro no bolso. É isso que queremos impedir. Um governo corrupto estimula o crime em todas as esferas. Vamos governar pelo exemplo!

Nesse outro *tweet*, o presidencialável relembra os problemas sociais do País e os atribui à corrupção do PT.

Esses três primeiros grupos elencados pelo *software* representam, somados, 65,2% do total de *tweets* do *corpus* analisado. Muito embora, todas as classes categorizadas pelo Iramuteq contenham elementos da espetacularização da Operação Lava Jato em suas narrativas, nestes, em particular, esse uso é mais acentuados, posto que nessas três classes está categorizada a maioria (9 de 10) das menções diretas e textuais à Operação Lava Jato.

Na classe 4 categorizada pelo *software*, há ataques ligados ao cotidiano eleitoral, como neste:

RT @JanainaDoBrasil: 1) Amados, li a AIJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) proposta pelo PT em face da Chapa Bolsonaro/Mourão. Não há nenhum documento a instruir a denúncia. O PT se baseia unicamente na matéria da Folha, que não apresenta documento nenhum!

Noutra publicação desse grupo, o presidenciável conclama seus seguidores, na reta final, para não esmorecerem: “Estamos iniciando a última semana a caminho de, se Deus quiser, nossa nova Independência! Vamos tirar o Brasil do vermelho e devolvê-lo aos brasileiros!”

Conforme destaca D’Ancona (2018), o tom de revelação e de descoberta de conspirações sombrias é uma das características da comunicação feitas por políticos como Donald Trump (e que é replicada no Brasil por Bolsonaro) e faz parte das consequências do conjunto de inquietações e contestações que as instituições e sistemas de controle da verdade passaram a enfrentar. Nem a mídia, os governos ou a imprensa conseguem mais ser os depositários da verdade. Desse modo, o crescimento de mídias de direita, nos EUA, e os desafios a esse sistema propostos pelas malhas de redes sociais e seu poder viral estão alicerçados em crenças pessoais e ligações afetivas e não institucionais.

As crenças individuais, como a religiosa, têm papel preponderante para o sucesso desse tipo de diálogo na rede. “Logo mais, às 20:00, quarta-feira (24/10/2018), faremos nova *live* no *Facebook* com novas informações e mentiras que estão sendo difundidas pelo PT a meu respeito! Até logo!” é mais um exemplo de publicação dessa classe 4, que reúne essas características.

A quinta e última classe, assim como as anteriores, também é baseada num discurso ofensivo, que pode ser caracterizado como ataques. Entretanto, esse grupo é acompanhado de algumas propostas de governo e promessas de campanha:

Para combater o desemprego o Brasil precisa de confiança e segurança. Investidores não confiam no Brasil, milhares de empresas fecharam devido a (*sic*) violência, altos impostos, burocracia, corrupção e crise, tudo herança do PT. Nós mudaremos esse quadro. Seremos o governo do emprego!

Aduz a publicação que busca no ataque aos governos petistas uma forma de se diferenciar, com propostas, embora vagas, de ação de governo:

Hoje recebi rapidamente uma parte da ampliada bancada de Deputados Federais focados no aperfeiçoamento da destrozada Segurança Pública do Brasil! Juntos, trabalharemos para resgatar o Brasil da herança maldita de violência deixada por governos anteriores! <https://t.co/PQCuxFK5pc>.

Afirmou o candidato após a receber a “bancada da bala”, que é como é conhecido o grupo de parlamentares egressos de forças policiais e militares, entre



outros, defensores do armamento civil da população.

Ao falar em herança maldita deixada pelos governos anteriores, o perfil busca atuar no sentido de prometer algo intangível, mas que faz busca fazer sentido pela violência argumentativa:

Defendemos a liberdade de imprensa e *internet*, pois trata-se de livre expressão e cabe às pessoas decidir no que acreditar, filtrando e buscando informações. Controlar estes meios, como quer abertamente a esquerda, faz parte do processo de implementação de um estado totalitário.

Mais uma vez, essa categoria busca reforçar supostos pontos negativos do adversário, dizendo “eu não farei isso que eles fazem”. Essa é uma dicotomia de quem, no governo, ajudou a enterrar a Operação e que se dizia contra a corrupção, cujo discurso só foi possível graças à abertura de que gozou a imprensa para contar, da forma como lhe aprouve, a crise política resultante da Operação Lava Jato. Foi um espetáculo que retumbou das páginas de jornais e telas de emissoras de TV para as mãos de milhões de usuários, que remidiatizaram e viram a remidiatização da operação de Moro e Dallagnol pelo perfil de Jair Bolsonaro no *Twitter*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da mídia tradicional à Operação Lava Jato foi um dos mecanismos acionados pelo perfil do presidente Jair Messias Bolsonaro para se comunicar com seus públicos com o objetivo de constituir-se como candidato antissistema, na medida em que a lacuna de representatividade, comum ao tempo atual, fez emanar um sentimento de rejeição às instituições e às fórmulas de sucesso da Modernidade. Dessa maneira, as conexões em redes, proporcionadas pelo avanço da tecnologia de comunicação e transmissão de dados via *internet*, transformaram as relações sociais de tal modo que a visão metafórica de Guy Debord a respeito do protagonismo das imagens nas relações sociais, em detrimento das próprias relações, encontra significado nas novas modalidades de interação sociais por meio de plataformas de comunicação como o *Twitter*.

Da análise do uso dessa ferramenta, no período eleitoral, com foco na espetacularização, foi possível apreender que o uso do discurso antissistema e anti-PT propagado pela cobertura da Operação Lava Jato pela mídia hegemônica foi reaproveitado pelo perfil do presidente com a utilização de termos, que correlacionam o partido e suas lideranças à corrupção e aos esquemas supostamente revelados pela operação comandada pelo juiz federal aposentado Sérgio Moro. Este foi lançado, posteriormente ao campo da política, numa confirmação da máxima de que a judicialização da política, ou seja, a busca por soluções para questões políticas por meio de decisões ou do ativismo judicial acaba por politizar o poder do Judiciário.

Dessa forma, as expressões e as narrativas próprias da cobertura da Operação Lava Jato, como já se viu na revisita às pesquisas feitas a respeito de tal tema, confirmam o tom espetacular das coberturas, a tendência à criminalização da atividade política e a consequente descredibilização das instituições e dos ocupantes de cargos políticos. A repetição, na amostra definida, de termos como Lava Jato, corrupção, bandido, presidiário e criminoso, entre outros, para se referir ao grupo adversário, demarcou bem a utilização das incursões midiáticas da ação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal, que acabaram anuladas judicialmente por atropelos técnico-jurídicos no trâmite processual pela latente parcialidade do juiz Moro na condução do caso, em especial com relação ao ex-presidente Lula.

A prevalência de um estado de alerta e de uma luta gloriosa contra grandes

poderosos e o discurso de combate à corrupção garantiram o tom espetacular dessa comunicação feita pelo candidato. Desse modo, os dados elencados e destacados na pesquisa são conclusivos no sentido de que, na afirmação posta, poderia ter sido utilizado esse tom espetacular pelo presidenciável em aproveitamento ao conluio sobre a operação feito entre parte dos integrantes do Estado, da imprensa e da elite econômica a quem servem jornais e emissoras de televisão, no amalgama de interesses que se contrastam e se relacionam no controle do Estado e do estado de coisas na sociedade.

A bomba armada pela Justiça Federal, representada pelo juiz parcial, foi espalhada pela mídia em tom de escárnio e repetição de tal modo que as consequências explodiram na constatação de que o resultado mais visível desse ataque aos partidos e à política, feito por meio desses processos judiciais, foi de diversas combinações do ponto de vista histórico-político, como o Golpe de 2016 e as próprias eleições de 2018, cujo resultado só foi possível, como é conhecido hoje, devido à não participação de um dos pré-candidatos, que estava preso e impedido por condenação em segundo grau, conforme a Lei da Ficha Limpa.

A cobertura da mídia e o reaproveitamento desses elementos no perfil do candidato Bolsonaro foram espetaculares por terem sido imediatos e superficiais. Foi, também, porque ele se apegou às imagens já relacionadas aos adversários e, dessa maneira, logrou proveito da condição de “condenação pública” pela reprovação moral aos atos divulgados nos anos antecedentes. A espetacularização substituiu a realidade com a representação de um período da história nacional, cuja pauta era o combate à corrupção e uma caça incessante aos corruptos mais poderosos do País.

O caos propagado pelo perfil de Bolsonaro, para vender-se como solução, navegou pelas águas turvas da Operação Lava Jato e sua incestuosa relação com a mídia tradicional, dadas as categorias e ocorrências/coocorrências de palavras detectadas, dentre outros dados, o que registra que, nos três grupos de publicações elencados pelo *software*, e os quais representam, somados, 65,2% do total de *tweets* do *corpus* analisado, há menção direta e textual à operação. Isso posto, é possível afirmar que ocorreu a espetacularização, no *Twitter*, da Operação Lava Jato pelo perfil do presidenciável e que, com isso, pode ter havido contribuição dessa maneira de tratar os fatos relativos à Operação e aos adversários, sendo, então, um dos pontos contribuintes para a eleição de Jair Messias Bolsonaro como o trigésimo oitavo presidente da República Federativa do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARBEX JR, Arbex Júnior. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARTICO, Tamiris. **O impeachment de Dilma Rousseff (PT) no telejornalismo: O uso da narrativa jurídica no Jornal Nacional**. São Paulo: UNIP, 2019

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

Benzécri, J. P. **Correspondence Analysis Handbook**. Nova Iorque: Dekker, 1992.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 35, de 14 de março de 1979**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Brasília, 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm). Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm). Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Propaganda eleitoral na internet**. Disponível em: [https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/propaganda-eleitoral-na-internet/at\\_download/file](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/propaganda-eleitoral-na-internet/at_download/file). Acesso em: 3 jun. 2022.

CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina. Crise Política no governo Temer (PMDB): uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo. **Parágrafo**, v. 6, n. 2, p. 91-91, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVI, E. U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais: uma proposta metodológica. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu. Caxambu: ANPOCS, v. 42, 2018. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt17-22/11253-analise-de-conteudo-automatizada-para-conversacoes-em-redes-sociais-online-uma-proposta-metodologica/file>. Acesso em: 3 jun. 2022.

CIOCCARI, Deysi; DA SILVA, Gilberto; ROVIDA, Mara. **A sociedade do espetáculo**: Debord, 50 anos depois. Curitiba: Editora Appris, 2018

COELHO, Cláudio Pinto; PERSICHETTI, Simoneta. **Política Mídia e Espetáculo**. São Paulo: Casper Líbero, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução CNJ nº 211**, de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2227>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

D'ANCONA, M. **Pós-Verdade – A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DE OLIVEIRA AGGIO, Camilo; CASTRO, Filipe. Meu partido é o povo”: Uma proposta teórico-metodológica para o estudo do populismo como fórmula de comunicação política seguida de estudo de caso do perfil de Jair Bolsonaro no *Twitter*. **Comunicação & Sociedade**, v. 42, n. 2, p. 429-465, 2020.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Anielly Laena Azevedo. O espetáculo midiático do acontecimento jurídico: a cobertura telejornalística sobre a Operação Lava Jato. **Rizoma**, v. 6, n. 2, p. 110-123, 2018.

FERES JÚNIOR, João; MIGUEL, Lorena; BARBABELA, Eduardo. **A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho**. ANPOCS, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt22-1/9026-a-midia-impressa-na-cobertura-das-manifestacoes-de-junho/file>. Acesso em: 1 nov. 2021.

FERNANDES, Carla Montuori; ARTICO, Tamiris; DE OLIVEIRA, Luiz Ademir. O impeachment de Dilma Rousseff (PT) no telejornalismo: o uso da narrativa jurídica no Jornal Nacional. In: **Revista Novos Olhares**, v. 9, n. 2, p. 34-44, ago./dez., 2020.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir, CAMPOS, Mariana Mota; COIMBRA, Mayra Regina. IMPRENSA X GOVERNO: a retórica populista da pandemia da covid-19 na rede social *Twitter*. **Brazilian Journalism Research**, v. 17, p. 562-595, 2022. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1416/1373>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir; MARTINS, Thamiris Franco; CHAIA, Vera. **Campanha permanente e espetacularização política: análise das estratégias narrativas de João Doria (PSDB) na fanpage**. São Paulo: LÍBERO, n. 40, p. 54-64, 2018.

FOLHA. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira?. **Folha de S. Paulo**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GLOBO. **Lula era o 'comandante máximo' do esquema da Lava Jato, diz MPF - notícias em Paraná**. G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GOBBI, Laura Arantes. **A agenda do Jornal Nacional: uma análise da cobertura de casos de corrupção**. São Carlos: UFSC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10775>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Nunes. Maquiavel e Max Weber: ética e realismo político. In: **Argumentos**, Ano 2, n. 4, p. 38-45, 2010

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-92, jan./jun. 2012.

IJUIM, Jorge Kanehide; OLIVEIRA, Cândida de. Jornalismo, consenso e corrupção: a imprensa brasileira na via da judicialização da política. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 2, p. 222-237, 2020.

IJUM, Jorge Kanehide; OLIVEIRA, Cândida de. Judicialização da política ou politização do judiciário: A Imprensa como o "Quarto equívoco". In: **IX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Belém**, 2019.

JENKINS, H. **Cultura de Convergência** São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Aleph, 2014.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MACEDO, Bruno Cardoso; COELHO, Cláudio Novaes Pinto. Mídia, Política e Espetáculo: O jornal Folha de S. Paulo e a Sociedade do Espetáculo na Operação Lava Jato<sup>1</sup>. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016, 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo. Judicialização da Política: uma ameaça à soberania popular? In: Congresso Brasileiro De Sociologia, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Online: Se/ed., 2019. p. 1-20.

NUNES JÚNIOR, Amandino Teixeira. **A judicialização da política no Brasil**: estudo de casos de comissões parlamentares de inquérito e fidelidade partidária. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; FERNANDES, Carla Montuori; LEAL, Paulo Roberto Figueira. **Comunicação Política, eleições de 2018 e campanha permanente**. Timburi, SP: Editora Cia do eBook, 2019.

PINHEIRO NETO, L. V. **Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente**: análise crítica do discurso das publicações no *Twitter* de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018. 2019. Dissertação (Mestrado) Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/19038>. Acesso em: 15 jan. 2021.

POZOBON, R. D. O.; PRATES, A. C. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 17, n. 42, p. 187-202, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/rec.v17i42.22538>. Acesso em: 3 jun. 2022.

PRATES, Andressa Costa *et al.* **Relações entre a mídia e política: enquadramentos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo acerca do impeachment de Dilma Rousseff**. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20220>. Acesso em: 3 jun. 2022.

RAMONET MIGUEZ, Ignácio. **La explosión del periodismo: de los medios de massa a la massa de medios**. Guadalajara: Editorial Universitaria da la Universidad de Guadalajara, 2014.

RECUERO, R. C. Redes sociais. In: SPYER, J. (Org.). **Para entender a Internet**: noções, práticas e desafios da comunicação em rede, 2009. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/para\\_entender\\_a\\_internet.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/para_entender_a_internet.pdf). Acesso em: 1 nov. 2021.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais online**. Salvador: UFBA, 2017.

REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de méthodologie sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Construindo as Epistemologias do Sul:** Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Dossiê sociologias**, Porto Alegre, p. 24-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MhJDgxRHrxRwPJb3MLGgdqd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

SINGER, André *et al.* **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.

SINGER, André. **Lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo.** Novos estudos CEBRAP, p. 83-102, 2009.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUSA, Rafaela. **"Pré-sal no Brasil";** Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/presal.htm>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

THOMPSON, John B. **A nova visibilidade.** Matrizes, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

TRAPANI, Gaspare. John B. Thompson, o poder e o escândalo político: o caso italiano na era de Silvio Berlusconi. Rio de Janeiro: **Revista Italiano UERJ**, v. 8, n. 1, 2017.

VISCARDI, J. M. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no *Twitter*. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. Doi: 10.1590/01031813715891620200520

WARDE, Walfrido. **O espetáculo da corrupção:** como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

WIKIPEDIA. **Meme in Wikipedia:** a enciclopédia livre. São Francisco, CA: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme>. Acesso em: 3 jun. 2022.